

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ

RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
2º Semestre de 2016

(Acordo de Empréstimo nº8.201-BR)

2016



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Cyllêneo Pessoa Pereira Junior - *Secretário*
Rafael Felipe Lucas - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Júlio Takeshi Suzuki Jr - *Diretor-Presidente*
Daniel Nojima - *Diretor do Centro de Pesquisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - *Secretário*
Otamir Cesar Martins - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Antonio Carlos Bonetti - *Secretário*
Paulino Heitor Meixa - *Diretor Geral*

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amilcar Cavalcante Cabral - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Iram de Rezende - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Ana Seres Trento Comin - *Secretária*
Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - *Secretário*
Sezifredo Paulo Alves Paz - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Mauro Ricardo Machado Costa - *Secretário*
George HERMANN RODOLFO TORMIN - *DIRETOR GERAL*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Marcia Carla Pereira Ribeiro - *Secretária*
Bráulio Cesco Fleury - *Diretor Geral*

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - *Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Mauro Jose Corbellini - *Coordenador Geral do Projeto (SEPL)*
Nestor Bragagnolo - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

Adriana T. Bora, Heilanny Hundsdorfer, José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Lucas Rodrigues Maciel, Lucas Garcia Ferreira Martins, Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Sirlei Barchik, Sônia Maria dos Santos, Tobias de Freitas Prando.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação*
Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação Adjunta*
Angelita Bazzoti - *Socióloga*
Ciro Cezar Barbosa - *Economista*
Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*
Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*
Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*
Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*
Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

LISTA DE SIGLAS

AGE	Administração Geral do Estado	DLAE	Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual
AGUASPARANÁ	Instituto das Águas do Paraná	DLIs	Disbursement Linked Indicators
AIHs	Autorização de Interação Hospitalares	DOE	Diário Oficial do Estado
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	e-COP	Sistema Orçamentário do Estado
BIC	Bank Identifier Code	EEP	Eligible Expenditure Programs
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	Banco Mundial	EPPI	Estratégia de Participação dos Povos Indígenas
CAA	Coordenação de Articulação Acadêmica	FNDE/MEC	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
CAFE	Coordenação da Administração Financeira do Estado	FUNAI	Fundação Nacional do Índio
CDG	Coordenadoria de Desenvolvimento	GAS	Grupo Administrativo Setorial
CEDRAF	Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	GFS	Grupo Financeiro Setorial
CEGERD	Centro Estadual de Gestão de riscos e Desastres	GPS	Grupo de Planejamento Setorial
CELEPAR	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	IAP	Instituto Ambiental do Paraná
CEMA	Conselho estadual de Meio Ambiente	IBAN	International Bank Account Number
CEPDEC	Coordenadoria Estadual de Proteção e defesa Civil	ICB	International Competitive Bidding
CEPRODEC	Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil	IDE	Infraestrutura de Dados Especiais Ambientais
CGE	Controladoria Geral do Estado	IDS	Coeficiente de Indicadores de Desembolso
CM	Casa Militar	IFR	Interim Financial Report
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions
COP	Coordenadoria de Orçamento e Programação	IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
COPEL	Companhia Paranaense de Energia	IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
COSIT	Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicação	IPVA	Imposto sobre propriedades de Veículos Automotores
CRH	Sistema de cadastro de Recursos Hídricos	ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
DDF	Declaração de Disponibilidade Financeira	ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
DDO	Declaração de Disponibilidade Orçamentária	LAS	Licença Ambiental Simplificada
DEA	Declaração de Emissão Ambiental	LI	Licença de Instalação
DEAM	Departamento de Administração de Material da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Administração	LO	Licença de Operação
LPI	Licitação Pública Internacional	LOA	Lei Orçamentária Anual
LPN	Licitação Pública Nacional	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
		SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
		SEI	Sistema Estadual de Informações
		SESA	Secretaria de Estado da Saúde

MI	Ministério da Integração Nacional	SESAI	Secretaria especial da Saúde da População Indígena
MOP	Manual Operativo do Projeto	SGBH	Subsistema de Gestão de Bacias Hidrográficas
NRE	Núcleo Regional de Educação	SGT	Sistema de Gestão Tributária
ONGs	Organizações Não Governamentais	SIAF	Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
PAD	Project Appraisal Document	SIGARH	Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos
PAIC	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa	SIGMA-PP	sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos
PDE	Programa de Desenvolvimento da Educação	SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
PDO	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto	SINASC	Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos
PGEs	Programa de Gastos Elegíveis	SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção a Defesa Civil
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	SIPREC	Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva
POP	Planos Operativos Plurianuais	SISATER	Sistema de Programação e Registros das Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPA	Plano Plurianual	SISPRENATAL	Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
PPRI	Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário	SMI	Solicitação de Manifestação de Interesse
PRED	Paraná Edificações	SMRH	Sistema de Monitoramento de Recursos Hídricos
QPPE	Quadro Próprio do Poder Executivo	SOEs	Customized Statement of Expenses Customized
RMM	Redução da Razão de Mortalidade Materna	STN	Secretaria do tesouro Nacional
RMT	Revisão de Meio Termo	SUDE	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
SADT	Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia	SUEDE	Superintendência da Educação
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná	SUS	Sistema Único de Saúde
SAFE	Sistema Administrativo Financeiro	SWAp	Sector Wide Approach
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	TCE	Tribunal de Contas do Estado
SDP	Solicitação de Proposta	TORs	Termo de Referencia
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	UBS	Unidade Básica de Saúde
SEAIN	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	UTI	Unidade de Terapia Intensiva
SEDEC	secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	UTP	Unidade Técnica do Programa
SEED	Secretaria de Estado da Educação		
SEEG	Secretaria de Estado de Governo		
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral		

INTRODUÇÃO

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, objeto do Acordo de Empréstimo nº 8201 BR, entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, tem como fundamento a promoção do acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativo e ambientalmente sustentável, estruturado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, que engloba nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, que envolve cinco setores: Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Saúde, Educação e Gestão do Setor Público.

A execução do projeto está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) a qual tem entre suas principais atribuições coordenar e supervisionar as atividades de execução, e monitorar, avaliar e produzir os relatórios de desempenho com base em um conjunto de indicadores acordados com o Banco.

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014 e adota uma modalidade setorial ampla denominada Sector Wide Approach (SWAp em inglês). Constitui um tipo de financiamento inédito para Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e no de 2016 a 2019. Esta modalidade de empréstimo exige do mutuário um esforço de articulação, coordenação, monitoramento e avaliação junto às instituições executoras. Neste contexto, práticas de monitoramento e de avaliação adquirem maior relevância no âmbito do Projeto ao combinar a mensuração de metas físicas e financeiras por programa como condição para os desembolsos previstos no âmbito do Acordo de Empréstimo.

No cumprimento de suas funções a UGP, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o sexto relatório, referente ao segundo semestre de 2016.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este relatório contempla quatro seções além desta introdução. Inicialmente, faz-se uma breve referência aos Fatores Circunstanciais. A segunda seção Indicadores de Monitoramento da Execução Física do Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano –, no cenário das referências básicas, expressa os resultados dos programas com os indicadores de produto, formulados mediante a aplicação do Modelo Lógico, e os indicadores de

monitoramento considerados pelo Banco como de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso e, no contexto, pontua aspectos relacionados à execução e ao desempenho dos indicadores. A terceira seção, em face da configuração do financiamento, apresenta o gerenciamento e os indicadores de monitoramento do Componente 2 - Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz. Na quarta seção, o enfoque é dado à execução financeira, em que se expõe a situação analisada pelo Banco Mundial dos valores aplicados e do cumprimento dos indicadores físicos no período.

Espera-se, com isso, ter alcançado o objetivo de entregar um relatório técnico capaz de informar o que vem sendo executado. Este relatório busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, com a sua disponibilização no endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br.

FATORES CIRCUNSTANCIAIS

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório, deve-se considerar o contexto em que se deu sua execução, o qual assume maior relevância em decorrência dos ajustes acordados na Missão de Revisão de Meio Termo de abril de 2016, já relatados no semestre anterior.

Para este relatório, que corresponde ao segundo semestre de 2016, os indicadores foram aferidos considerando-se o novo quadro de monitoramento. Tais indicadores, resultantes da Revisão de Meio termo, estão sendo incluídos na reformulação do Manual Operativo do Projeto e dos Manuais Operativos dos Programas que estão em curso.

Assim, os programas do componente Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano serão monitorados por dois conjuntos de indicadores complementares, de modo a melhor balizar a ação do gestor, quais sejam: a) Quadro de Indicadores de Produtos; b) Indicadores estabelecidos no Acordo de Empréstimo identificados como de: desenvolvimento, resultado intermediário e desembolso. Esses últimos indicadores estão vinculados às ações previstas tanto no Componente 1 quanto no Componente 2 do projeto (quadro 1).

Os Indicadores de Desenvolvimento estão relacionados com os cinco setores apoiados pelo Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Os Indicadores de Monitoramento, também denominados de Resultados Intermediários, foram construídos considerando os programas finalísticos e a ação do Componente 2 do projeto. Os Indicadores de Desembolso foram definidos tendo em vista as regras e normas do financiamento. De forma geral, as metas acordadas e expressas nos instrumentos de acompanhamento são equivalentes quando isso não acontece, dá-se o devido destaque.

O procedimento adotado para elaboração do presente relatório (2º semestre de 2016) foi a solicitação do preenchimento das planilhas pelos executores, conforme o instrumento de coleta utilizado no relatório anterior, ao qual foram acrescentados questionamentos sobre o atual estágio da implementação, com o objetivo de que os executores refletissem sobre o desempenho das metas físicas e financeiras em relação ao programado, e os fatores positivos e negativos que influenciam a execução. Este procedimento visa à obtenção de informações para a identificação das dificuldades e

dos principais gargalos que devem ser objeto de atenção do gerenciamento. A UGP/SEPL recebe, consiste e consolida as informações em relação às metas programadas no Acordo de Empréstimo, e calcula e analisa os resultados alcançados.

Observa-se que no período foram analisados oito indicadores de desembolso e houve o cumprimento de cinco, resultando num indicador de desembolso de 0,625%, desempenho este inferior ao verificado no período anterior, que foi de 66% dos mesmos. O fato de não se ter alcançado, nos dois semestres de 2016, 100% dos indicadores se deve ao atraso no processo de aprovação e assinatura da segunda reestruturação do Acordo de Empréstimo, que previa a prorrogação do mesmo por mais 24 meses. Desta forma, a concretização do Termo Aditivo do Projeto condicionou a possibilidade de assinatura de contratos de consultoria, considerados indicadores de desembolso, pois o período de execução destas ultrapassava a data de encerramento do Projeto.

Ainda, como tarefa estritamente gerencial, para garantir as condições para a execução das ações dos programas, foram realizadas as atividades administrativas e técnicas necessárias, e o processo de solicitação de prorrogação do prazo foi organizado e está em tramitação junto ao Banco Mundial, SEAIN, COFIEX e STN. Neste contexto, tem-se a expectativa da formalização da prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo e demais alterações no início de 2017 para finalizar os relatórios físicos e financeiros referentes ao primeiro e segundo semestres de 2016.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1 PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
SETOR 1 ou SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - Pró-Rural	SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO
1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial (SEAB, EMATER, ITCG) 1.1.2 Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)	SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA)
SETOR 2 ou SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES 1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ) 1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ E DEFESA CIVIL)	SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE)
SETOR 3 ou SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO 1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED) 1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED) 1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)	SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP)
SETOR 4 ou SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE 1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA) 1.4.2 Programa Rede Mãe Paranaense (SESA)	SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL e SEAB)
	SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP)
	SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ)
	SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED)
	SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente. Assim, os programas serão apresentados por setor com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento desses indicadores.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis, e assim contribuir para a diminuição das diferenças regionais.

As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL), que visa reverter a baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (tabela 1, diagramas 1 e 2).

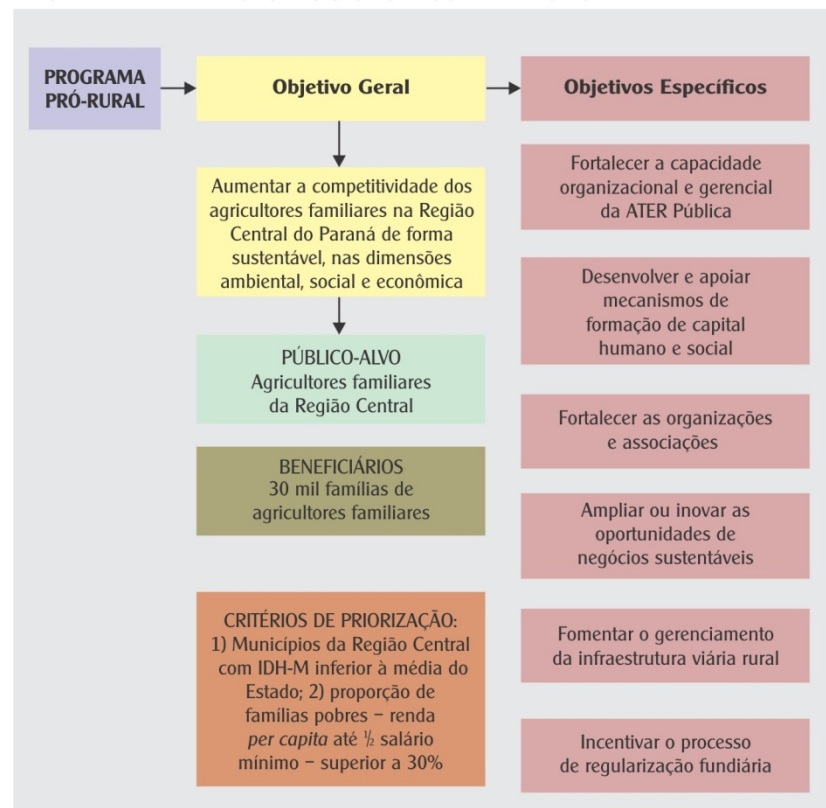
TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total ⁽¹⁾ (A)	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016 (B)	Executado Período jul./2016 a dez./2016 (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (%) (B+C)/A
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial PRÓ-RURAL	193.554.340	12.995.026	27.106.272	153.453.042	79,28
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	121.819.981	46.167.381	4.051.458	71.601.142	58,78
TOTAL	315.374.321	59.162.407	31.157.730	225.054.184	71,36

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA-SIAF

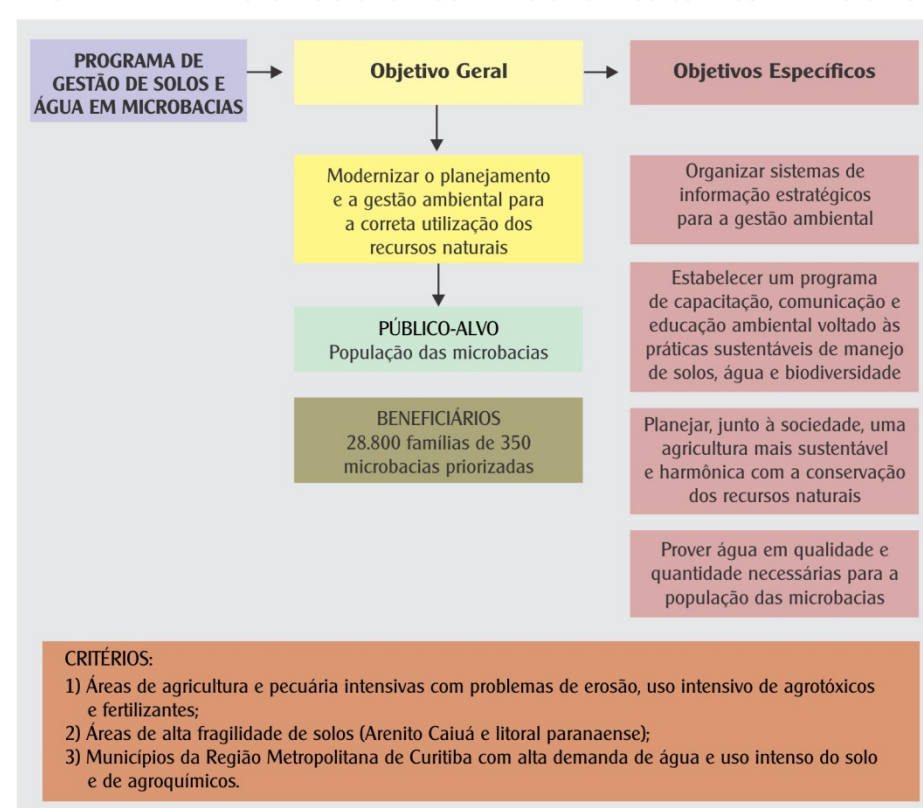
(1) Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

O programa Pró-Rural, visa fomentar a inserção socioproductiva dos agricultores familiares beneficiários, e seu monitoramento tem por base as metas físicas de 14 indicadores relacionados à execução das ações. Para o programa Gestão de Solos e Água em Microbacias são 22 indicadores, com a realização de ações para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Social, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas, adequados considerando-se a revisão de Meio Termo realizada em 2016.

QUADRO 2 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2º SEMESTRE DE 2016

continua

INDICADOR	PGE 1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL								
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão anual 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	Medida de Desempenho	Informações Complementares
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016				
Escritórios reformados	Número	82	102	0	24	106	103,92	Número de escritórios reformados dividido pelo número previsto	O valor total das reformas realizadas foi de R\$ 222.279,54
Veículos adquiridos	Número	131	100	Não se aplica	Não se aplica	131	131,0	Número de veículos adquiridos dividido pelo número previsto	Existe previsão de aquisição de novos veículos para 2017 visando dar condições aos novos técnicos contratados no atendimento dos agricultores.
Equipamentos de informática para os escritórios regionais e sede da EMATER	Número	Não se aplica	70	0	190	190	271,4	Número de kits adquiridos dividido pelo número previsto	Os equipamentos foram adquiridos por meio de aditivo contratual ao Pregão Eletrônico 632/2015 DEAM-SEPL. O valor total da aquisição foi de R\$1.201.008,00. 190 equipamentos de informática (sendo 140 estações básicas i3 e 50 estações intermediárias i5 e 190 licenças Microsoft Office).
Beneficiários capacitados por meio de cursos (meta anual)	Número	10.864	10.000	3.387	10.629	12.985	129,9	Número de beneficiários capacitados dividido pelo número previsto	Os valores diferem da informação encontrada no documento comprobatório e no total anual desta planilha, devido à UTP ter adotado como critério o mínimo de 8h para considerar o participante capacitado, e a exclusão na contabilidade das repetições existentes do mesmo participante em diferentes eventos ao longo do ano.

INDICADOR	PGE 1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão anual 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	Informações Complementares
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Horas de capacitação dos beneficiários por meio de cursos (meta anual)	Número	1.886	1.700	856	2.592	3.448	202,8	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previsto.
Técnicos capacitados por meio da realização de cursos (meta anual)	Número	396	800	202	406	558	69,8	Número de técnicos capacitados dividido pelo número previsto.
Horas de capacitação dos técnicos por meio de cursos (meta anual)	Número	134	400	96	256	352	88,0	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previsto.
Lideranças capacitadas em 206 eventos (meta anual)	Número	593	2.000	475	1.100	1.575	78,8	Número de pessoas capacitadas dividido pelo número previsto.
Horas de capacitação das lideranças por meio de cursos (meta anual)	Número	182	800	75	392	467	58,4	Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas.
Projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiadas	Número	0	Não se aplica	Não se aplica	8	8	Não se aplica	Número de projetos-piloto dividido pelo número previsto.
Patrulhas rodoviárias disponibilizadas a consórcios intermunicipais	Número	0	7	0	0	0	0,0	Número de patrulhas rodoviárias disponibilizadas dividido pelo número previsto.
Convênios firmados com consórcios intermunicipais para repasse de recursos para o custeio da adequação de estradas	Número	0	7	0	0	0	0,0	Número de convênios firmados dividido pelo número previsto.
Operadores de máquinas capacitados	Número	0	300	0	0	0	0,0	Número de operadores capacitados dividido pelo número previsto.

INDICADOR	PGE 2 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS							Informações Complementares
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão anual 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais	Número	0	40	0	0	0	0,0	Número de gestores capacitados dividido pelo número previsto.
Escritórios regionais da SEAB com equipamentos adquiridos	Número	0	22	0	22	22	100,0	Número de escritórios regionais da SEAB equipados dividido pelo número de escritórios regionais previsto.
Sede estadual da EMATER com equipamentos adquiridos	Número	0	1	0	0	0	0,0	Sede estadual da EMATER equipada dividido pelo número previsto.
Escritórios regionais da EMATER com equipamentos adquiridos	Número	0	21	0	0	0	0,0	Número de escritórios regionais da EMATER equipados dividido pelo número de escritórios regionais previsto.
Escritórios municipais da EMATER com equipamentos adquiridos	Número	0	389	0	0	0	0,0	Número de escritórios municipais equipados dividido pelo número de escritórios municipais previsto.
Público operacional e estratégico do Programa capacitado para o planejamento e fiscalização do uso da terra	Número acumulado	559	759	580	371	1.510	198,9	Número de profissionais capacitados dividido pelo número de profissionais previsto.
Consultoria contratada para a capacitação de instrutores para o levantamento de solos em microbacias-piloto através do mapeamento digital	Número	0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Número de consultoria contratada dividido pelo número de consultoria previsto.
Técnicos capacitados pelos instrutores para o levantamento de solos em microbacias-piloto através do mapeamento digital	Número	0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Número de técnicos capacitados dividido pelo número de técnicos previsto.

INDICADOR	PGE 2 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS							Informações Complementares
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão anual 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Microbacias-piloto com mapeamento de solos digital concluído	Número	0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Número de microbacias com mapeamento de solos digital concluído dividido pelo número de microbacias previsto.
Regiões do Estado com microbacias-piloto com a qualidade da água de escoamento superficial monitorada	Número	0	1	0	1	1	100,0	Número de regiões do Estado com microbacias com qualidade da água monitorada dividido pelo número de microbacias previsto.
Pessoas capacitadas por meio de cursos nas temáticas: geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas	Número	2.472	3.236	3578	4168	10.218	315,8	Número de pessoas capacitadas dividido pelo número de pessoas previsto.
Eventos (dias de campo e excursões)	Número	104	116	24	34	162	139,7	Número de eventos realizados dividido pelo número de eventos previsto.
Campanhas estaduais de comunicação de massa (meta anual)	Número	1	1	1	1	1	100,0	Número de campanhas realizadas dividido pelo número de campanhas previsto.
Participações em feiras (montagem de estandes educativos)	Número	18	23	3	8	29	126,1	Número de participações em feiras dividido pelo número de participações previsto.
Unidades de produção com Cadastro Ambiental Rural (CAR) elaborado	Número	Não se aplica	30.000	11.440	23.314	34.754	115,8	Número de unidades de produção com CAR dividido pelo número de unidades de produção previsto.
Grupos gestores regionais organizados e capacitados	Número	21	22	1	0	22	100,0	Número de GGR capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previsto.
Grupos gestores municipais organizados e capacitados	Número	130	180	0	40	170	94,4	Número de GGM capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previsto.
Convênios firmados com municípios para o apoio de práticas previstas nos Planos de Trabalho	Número	51	101	0	20	71	70,3	Número de Convênios firmados com municípios/Planos de Trabalhos apoiados dividido pelo número de convênios previsto.

QUADRO 2 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2º SEMESTRE DE 2016

conclusão

INDICADOR	PGE 2 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS							Informações Complementares
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão anual 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Número de produtores efetivamente beneficiados pelas intervenções dos Planos de Ação	Número	5.100	10.100	0	2.000	7.100	139,2	Número de produtores beneficiados dividido pelo número de produtores previsto.
Sistemas de abastecimento de água.	Número	95	247	13	0	108	113,7	Número de sistemas de abastecimento de água dividido pelo número de sistemas previsto.
Microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada	Número	0	10	1	0	1	10,0	Número de microbacias com fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto.
Microbacias com índice de turbidez da água acompanhado	Número	0	5	0	0	0	0,0	Número de microbacias com índice de turbidez da água acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto.
Microbacias com acompanhamento de invertebrados	Número	0	1	0	0	0	0,0	Número de microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto.

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto

NOTA: Tanto as metas previstas quanto as realizadas são cumulativas. Excepcionalmente as metas anuais, que não podem ser acumuladas, são identificadas logo após a descrição do indicador. Nesses casos, são registrados nas colunas "Realizado/Acumulado até 31/12/2015" e "Realizado/Acumulado até 31/12/2016" somente os dados realizados nos respectivos anos.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO Até 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO FEV/2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO Até 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO	
					De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016				
2	Grupo de produtores apoiados por meio do projeto com iniciativas de negócios implementadas	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		"Iniciativas de negócios implementadas" são baseadas na observância dos seguintes critérios seis meses após a conclusão do subprojeto financiado. A participação de organizações produtivas tem: 1. Investimentos de planos de negócios implementados e operando; 2. Visita da assistência técnica regular (mínimo 6 por ano); 3. Funcionamento do sistema de contabilidade; 4. Plano de operação e manutenção e fundo de reserva para financiar investimentos; 5. Organização de produtores treinada em gestão e cooperativismo; 6. Vendas para pelo menos um novo comprador.	
3	Hectares apoiados pelas intervenções dos planos de ação em microbacias	Número	204.000	303.000	Não se aplica	0	80.000	284.000	93,7	Número total de hectares apoiados pelo projeto. Cada intervenção tem uma metodologia de hectares medidos. Geralmente as microbacias trabalhadas em média possuem 4.000 ha.
8	Número de propostas de negócios aprovadas e financiadas	Número	0	15	15	0	8	8	53,3	Lista com contratos assinados com as associações e estrato do contrato publicado no Diário Oficial do Estado. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
11	Número de planos de ação de microbacias elaborados	Número acumulado	150	190	190	20	28	198	104,2	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o Manual Operacional do Projeto) e amostra dos planos.
7	Número de agricultores capacitados ou recebendo assistência técnica	Número	17.830	14.000	NA	4.169	5.368	27.367	195,5	Número de agricultores recebendo assistência técnica (serviços de extensão na produção agrícola e gerenciamento dos serviços da agricultura) e treinamentos (seminários, workshops, cursos técnicos, etc.), somente dentro do escopo do PRÓ-RURAL.

QUADRO 3 - INDICADORES SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO SETOR 1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2016

conclusão

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO Até 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO FEV/2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO Até 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO	
					De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016				
9	Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluídos	Número	1.539	3.200	Não se aplica	0	0	1.539	48,1	Número de beneficiários com processo de regularização fundiária concluída.
10	Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Número de planos elaborados dividido pelo número previsto.
12	Número de pessoas nas áreas rurais providas com acesso a fontes melhoradas de águas no âmbito do projeto (núcleo)	Número	Não se aplica	13.000	Não se aplica	14.643	0	14.643	112,6	Número de pessoas beneficiárias nas áreas rurais com a melhoria dos serviços de abastecimento de água no âmbito do projeto é estimado multiplicando-se o número de poços construídos e em funcionamento por 5 pessoas.
34	Terras indígenas com projetos produtivos apoiados	Número	0	1	0	0	0	0	0	Terras indígenas serão consideradas como apoiadas se um ou mais de seus projetos produtivos forem apoiados pelo programa PRÓ-RURAL.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

■ PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial.

■ IRI - Indicador de Resultado Intermediário.

■ DLI - Indicador de Desembolso.

■ SI - Indicador Social.

CONTEXTO

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL

- Projetos-pilotos e Iniciativas Inovadoras:
- Os territórios definiram as estratégias para a promoção da inovação nos temas/cadeias prioritários. Para isso, realizaram oficinas e reuniões dos grupos temáticos que tinham como objetivo: a) identificar principais problemas (demandas); b) identificar tecnologias adequadas (oferta); c) mapear as capacidades instaladas e processos existentes; d) apontar possíveis soluções tecnológicas (produtos, processos ou gestão); e e) identificar metodologias/estratégias para a promoção da inovação no território e as necessidades de apoio financeiro. Como resultado, os territórios elaboraram a matriz de identificação das atividades de inovação a serem apoiadas em cada cadeia prioritária.
- A UTP prevê que a formalização dos apoios previstos nesta ação será efetivada no 2º semestre de 2017, após uma análise técnica de cada apoio solicitado, definição do parceiro implementador e compatibilização financeira com o orçamento disponível para a ação.
- Complementarmente, por meio do EMATER, o PRÓ-RURAL apoiou a implantação de projetos de inovação ligados à cadeia produtiva do bambu. Em 2016, foram instaladas 8 unidades demonstrativas e está prevista a instalação de 4 unidades em 2017. Destaca-se na execução deste projeto o envolvimento de um público beneficiário considerado prioritário no Programa, jovens e indígenas, pois 4 unidades serão instaladas em Casas Familiares Rurais e Terras Indígenas.
- Estradas Rurais – A SEAB iniciou um processo licitatório visando à contratação de seguro para todas as máquinas e equipamentos das Patrulhas Rodoviárias adquiridas pelo LPI nº 001/2015. A finalização do processo licitatório e a contratação do seguro ocorreram em abril de 2017. No segundo semestre de 2016, a SEAB realizou diversas reuniões com os Consórcios Intermunicipais selecionados pelo Edital nº 002/2016 visando à formalização de convênios para a cessão das Patrulhas Rodoviárias. Em virtude do período eleitoral ocorrido no 2º semestre de 2016, não foi possível efetivar o repasse das Patrulhas Rodoviárias prevendo-se a formalização dos 8 convênios para o 1º trimestre de 2017.
- Regularização Fundiária - Em 2016 o ITCG, em conjunto com a Defensoria Pública, não ajuizou nenhuma ação no Tribunal de Justiça. Essa paralisação ocorreu devido a atraso na renovação do Termo de Compromisso entre ITCG e Defensoria Pública dada a mudança ocorrida na Direção da Defensoria Pública do Paraná. Em 31 de maio de 2016, o Termo de Compromisso foi renovado, sendo retomados os trabalhos interrompidos. É importante destacar a parceria entre o ITCG e o Tribunal de Justiça (Programa Justiça no Bairro) visando ao aperfeiçoamento das estratégias de execução dos processos de regularização fundiária

no âmbito do programa. Com essa parceria, algumas ações de usucapião serão julgadas em audiências públicas com todos os beneficiários, sendo a sentença proferida em 30 dias. Também foi aberto o edital de licitação ITCG nº 001/2016 para a contratação dos trabalhos de georreferenciamento de 604 propriedades nos municípios de Imbaú (214), Borrazópolis (70), Paulo Frontin (82), Bocaiuva do Sul (200) e Santa Maria do Oeste (36).

- Propostas de Iniciativas de Negócios Sustentáveis - Das 25 propostas de iniciativas de negócios sustentáveis aprovadas no Edital nº 001/2014, até o dia 31/12/2016, 17 haviam sido autorizadas para assinatura pelo Sr. Governador, sendo 8 formalizadas. Espera-se que todas as propostas aptas à formalização (18) sejam oficializadas, e repassados os recursos financeiros no 1º semestre de 2017. A Coordenação do Programa já elaborou uma minuta do 2º Edital de Seleção de Propostas de Iniciativas de Negócios e prevê sua abertura para o 1º trimestre de 2017.

PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

- As principais atividades realizadas pela Unidade Técnica do Programa (UTP) para aperfeiçoar a operacionalização do Programa em 2016 foram: a) criação de quatro Comitês de Assessoria Macrorregional com técnicos da SEAB e Instituto EMATER, visando a uma melhor articulação dos atores envolvidos no programa; b) treinamento de toda a equipe, em quatro reuniões nos dias 8, 9, 14 e 16 de março, visando à atualização dos procedimentos operacionais do programa para o ano de 2017, envolvendo chefes regionais, gerentes de macro, técnicos de campo, fiscais de convênio e outros técnicos tanto da SEAB como do Instituto EMATER; c) criação de Página de Situação do Programa, visando a uma “gestão transparente”, disseminando informações, normas, metas por regional, padrões de documentos, Planos de Ação, Planos de Trabalho, Convênios, sistemas de distribuição de água e dados das prefeituras; d) definição de quadro de práticas, com atualização de valores máximos e códigos de natureza de despesa para correto empenho dos valores, cujas codificações incorretas estavam atrasando a efetivação dos convênios.
- A situação atual aponta para um total de 198 microbacias trabalhadas, das quais já foram firmados 80 convênios com os municípios envolvidos para execução de práticas conservacionistas nas áreas selecionadas. A ação está envolvendo 5.854 famílias de produtores.
- No período também foi desenvolvido novo Edital de Licitação para a contratação de serviços de perfuração de poços e instalação de sistema de abastecimento de água, que será submetido ao Banco Mundial para análise e não objeção no primeiro semestre de 2017. Os municípios que serão atendidos pela nova licitação já estão definidos, com listagem no painel

de situação do programa. Até o momento, 107 poços estão funcionando e 58 estão em processo de conclusão da distribuição de água aos beneficiários.

- O Programa avançou, também, nas ações de monitoramento. Entre elas, destacam-se: a) monitoramento da turbidez da água e da concentração de fósforo total (PT). Os valores de turbidez da água e a concentração de PT estão sendo monitorados em dez (10) microbacias, sendo que em cinco (Ubiratã, Dois Vizinhos, Pontal do Paraná, Paranavaí e Castro) o monitoramento iniciou em 2016 e se estenderá até 2020, e nas outras cinco (Balsa Nova, Nova Esperança, Umuarama, Ortigueira e Salto do Lontra) iniciará em 2017 e se estenderá também até 2020; b) monitoramento de macroinvertebrados na água - o monitoramento deverá ser realizado de 2017 a 2020. Para tanto, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações: escolha da microbacia (a qual será situada no município de Quitandinha); aquisição de materiais e equipamentos para executar o monitoramento (já realizado); previsão de início do monitoramento (03 a 05/05); e a seleção de outra microbacia, na região de Umuarama, deverá ocorrer no segundo semestre de 2017; c) Mapeamento Digital do Solo - O curso de mapeamento digital de solo, para a capacitação de uma equipe de pesquisadores, professores de universidades e técnicos da extensão rural foi organizado e deverá ocorrer em Londrina no primeiro semestre de 2017.
- A UTP/SEAB, EMBRAPA e outros parceiros estão iniciando e incorporando ao Programa um trabalho de levantamento detalhado de solos e vegetação protetiva de recursos hídricos com apoio de cartas temáticas que serão produzidas em parceria pelas próprias instituições participantes. Estão previstos os trabalhos em seis áreas do Estado do Paraná com uma extensão de 10.000 km² em cada uma delas. A área inicial piloto será a região de Cascavel/Toledo, e os trabalhos se iniciaram em 2017 e têm previsão de conclusão em 24 meses.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - SETOR 2

O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atuará em duas frentes: a) modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental; e b) reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender as demandas desta área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

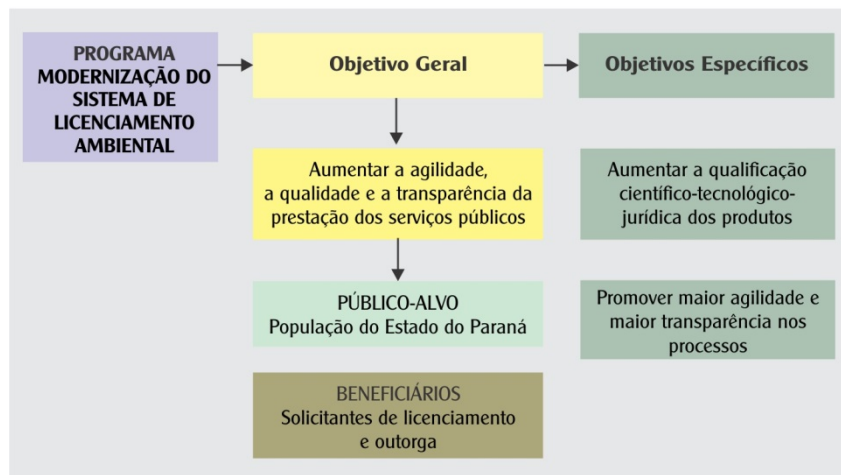
TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total ⁽¹⁾ (A)	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016 (B)	Executado Período Jul./2016 a Dez./2016 (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (%) (B+C)/A
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	40.079.869	7.700.561	4.500.000	27.879.308	69,56
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	65.183.879	8.177.387	4.766.111	52.240.381	80,14
TOTAL	105.263.748	15.877.948	9.266.111	80.119.689	76,11

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

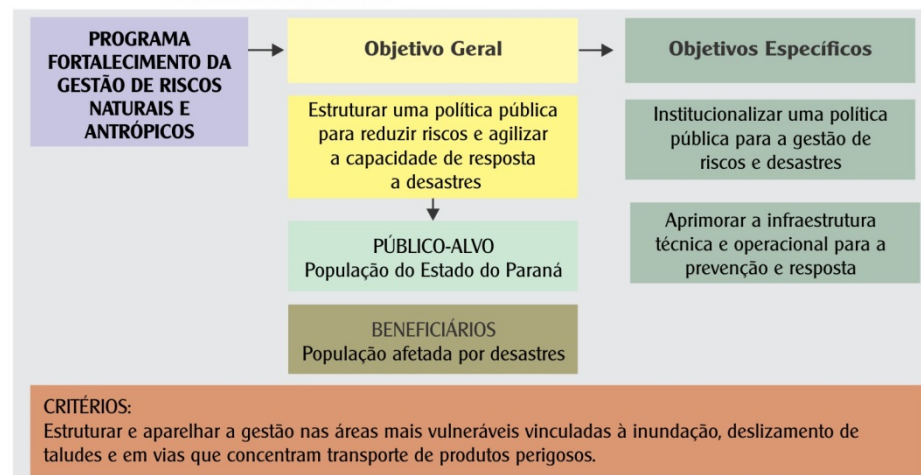
(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Para o monitoramento, foram definidos de 13 indicadores para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados 16 indicadores objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres corresponde ao percentual de cobertura das áreas do Estado mais expostas aos perigos naturais. No caso dos indicadores intermediários, constam dois indicadores dos respectivos programas, e, no tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 4 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2.º SEMESTRE DE 2016

continua

INDICADOR	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	Medida de Desempenho	%
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Unidade Técnica do Programa com equipamentos adequados à operação e desenvolvimento das atividades de gestão do Programa	Unidade Técnica equipada	Unidade Técnica equipada por meio da aquisição e disponibilização de um supercomputador	UTP equipada com a disponibilização de 51 super computadores (1 estação avançada e 50 all-in-one) e 53 licenças de <i>softwares</i> (1 CorelDraw e 52 Office)	Aguardando entrega dos equipamentos	Equipamentos entregues	Equipamentos entregues	Supercomputadores e <i>softwares</i> adquiridos e operando	100,0
Sistema de Informações Integrado (SGA e SIGARH)	Texto	Implantado integralmente o módulo de licenciamento industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o módulo de monitoramento ambiental oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>on line</i> da DEA	Módulo para avicultura, suinocultura, comércio e serviços, imobiliário e autorização de resíduos sólidos	Módulos de indústria, suinocultura, avicultura, comércio e serviços, imobiliário e Autorização de Resíduos Sólidos implantados	Não se aplica	Módulos de Indústria, Suinocultura, Avicultura, Comercio e Serviços, Imobiliário e Autorização de resíduos Sólidos, implantados.	Sistema de informações integrado, implantado e operando	Não se aplica
Sistema de Informações Integrado (SGA e SIGARH)	Texto	Implantado integralmente o módulo de licenciamento industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o módulo de monitoramento ambiental oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>on line</i> da DEA	Módulo para avicultura, suinocultura, comércio e serviços, imobiliário e autorização de resíduos sólidos	Módulos de indústria, suinocultura, avicultura, comercio e serviço, imobiliário e Autorização de Resíduos Sólidos implantados	Não se aplica	Módulos de Indústria, Suinocultura, Avicultura, Comercio e Serviços, Imobiliário e Autorização de resíduos Sólidos, implantados.	Sistema de informações integrado, implantado e operando	Não se aplica
<i>Software</i> do SIGARH - 7 licenças existentes atualizadas	Número	Não se aplica	7 licenças atualizadas	0	0	0	<i>Software</i> atualizado e operando	0,0
<i>Software</i> do SIGARH - 11 licenças de Softwares SIG da plataforma ArcGIS da ESRI adquiridas	Número	Não se aplica	11	0	0	0	<i>Softwares</i> adquiridos e operando	0,0
<i>Software</i> do SIGARH - servidores capacitados na referida plataforma	Número	Número	96	96	0	96	Servidores capacitados	100,0

QUADRO 4 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2.º SEMESTRE DE 2016

continua

INDICADOR	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	Medida de Desempenho	%
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) implantado	Texto	Não se aplica	Produto I - Plano de Trabalho Produto II - Conforme TdR aprovado pelo BIRD	0	0	0	IDE implantado e operando	Não se aplica
Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, ao mapeamento de competências e às diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná.	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Servidores capacitados	Não se aplica
1 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sistema implantado e operando	Não se aplica
Layout interno da SEMA readequado	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Layout readequado com mobiliário	Não se aplica
Rede lógica da SEMA equipada com switches	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Rede lógica implantada	Não se aplica
Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas	Não se aplica
7 estações de monitoramento do ar instaladas e operando nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá	Número	7	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Estações instaladas e operando	Não se aplica

QUADRO 4 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2.º SEMESTRE DE 2016

continua

INDICADOR	PGE 4 - PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	Medida de Desempenho	%
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) implantado	Texto	Não se aplica	1 sistema	1	0	1	SIPREC implantado e operando	100%
Cobertura da Terra no PR mapeada, ano-base 2012	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Consultoria contratada e mapeamento concluído	Não se aplica
Sensor de Raios para Monitoramento de Descargas Atmosféricas	Número	Não se aplica	1 <i>software</i> implantado 2 sensores adquiridos	0	0	0	SEMA/SIMEPAR	0%
Sala de Monitoramento Meteorológico/SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR)	Texto	Não se aplica	Sala equipada e operando	Sala adquirida e operando, faltando ainda alguns equipamentos	Não se aplica	Sala adquirida e operando, faltando ainda alguns equipamentos.	SEMA/SIMEPAR	Não se aplica
<i>Layout</i> interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógicas para o CEGERD adequados	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sala de comando central adequada e operando	Não se aplica
CEGERD equipado com mobiliário	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	CEGERD mobiliado	0%
Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e ativos de rede	Número	Não se aplica	16 postos de comando fixos equipados. Não se aplica (CEGERD, Comando Central de Curitiba e Regionais do Interior)	0	Não se aplica 0	0	N.º de postos de comandos fixos equipados	0%
CEGERD equipado com <i>software</i> e <i>hardware</i>	Texto	Não se aplica	CEGERD equipado	0	0	0	CEGERD equipado	0%
Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil fortalecidos por meio da disponibilização de viaturas	Número	16 veículos Vans Master com gerador disponibilizados para compor os postos de comando regionais móveis	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Veículos e equipamentos adquiridos	Não se aplica
Agentes da Defesa Civil qualificados e capacitados	Texto	Não se aplica	Qualificação contratada	0	0	0	Agentes qualificados e capacitados com equipamentos e materiais didáticos	0%

QUADRO 4 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2.º SEMESTRE DE 2016

conclusão

INDICADOR	PGE 4 - PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	Medida de Desempenho	%
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Sistema Local de alerta precoce para a comunidade de floresta	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sistema implantado	Não se aplica
Sistema de radares Banda X em Curitiba, Paranaíba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sistema implantado	Não se aplica
Cartografia do litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P)	Texto	Não se aplica	2.134,56 km²	0	0	0	Bases cartográficas elaboradas	0,0
Inventário florestal	Texto	Não se aplica	Levantamento de dados de campo do IF em parte do Estado do Paraná concluído	0	0	0	Inventário florestal implantado no Estado	0,0
Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas: RMC, Morretes e Francisco Beltrão	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas.	Não se aplica
Identificação melhorada de Riscos e Desastres	Percentual	57,5	69,7	0,0	12,1	69,7	O percentual é calculado dividindo-se o número de hectares das áreas mapeadas pelo número de hectares de áreas identificadas e propensas ao risco de deslizamento de terra. Áreas identificadas = Áreas antropizadas do litoral + núcleo urbano da Região Metropolitana de Curitiba totalizando 3.710,56 km². Fonte de informação SEMA.	100,0

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto

QUADRO 5 - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DE DESASTRES – 2.º SEMESTRE DE 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO ATÉ 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO FEV./2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO ATÉ 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO
					De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
13 Fortalecimento da capacidade de monitoramento do risco de desastres e sistema de alerta para eventos hidrometeorológicos	Texto	Sala de situação para alerta hidrometeorológico implantado no AGUASPARANÁ	Modelo para projetos de simulação de eventos hidro meteorológicos no Estado concluído	Não se aplica	Modelo para projetos de simulação de eventos hidrometeorológicos no Estado concluído	0	Modelo para projetos de simulação de eventos hidrometeorológicos no Estado concluído	Não se aplica	Aquisição e instalação de equipamento para Monitoramento de Riscos e Desastres e Sistema de Alerta e estabelecimento de um Centro de Gestão de Desastres
30 Número de municípios com um sistema de monitoramento e licenciamento ambiental descentralizado	Número	16	15	Não se aplica	11	16	27	180	Número de municípios com autorizações publicadas no site da Comissão Estadual do Meio Ambiente para a realização descentralizada do monitoramento e licenciamento ambiental
14 Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Texto	Processo de SBQ para Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento: Relatório de Lista Curta aguardando Não Objeção do BIRD.	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Processo de SBQ para Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento: SDP enviada para as empresas da lista curta	Processo de SBQ para Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento: Relatório da Avaliação Técnica das Propostas aguardando Não Objeção do BIRD	Processo de SBQ para Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento: Relatório da Avaliação Técnica das Propostas aguardando Não Objeção do BIRD	0,0	Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Desembolso 7 e 9: Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados. A partir de agosto de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
29 99 29 Estabelecimento de políticas de gestão de riscos e desastres (DRM) do Estado	Texto	A formalização do Plano Estadual ainda não foi realizada, pois depende da publicação das diretrizes estratégicas do Plano Nacional.	Defesa Civil do Estado e Comitê de Proteção legalmente estabelecido	Não se aplica	0	0	A Política Estadual de Proteção e Defesa Civil foi implantada pela Lei 18.519/2015. A minuta do Plano Estadual foi apresentada na reunião do CEPRODEC em agosto de 2016	100,0	Relatório que descreve o quadro político, atores e acordos estabelecidos participando para fazer a política operacional; Desembolso 6: Decreto de estabelecimento do Comitê; Desembolso 8: Diretrizes apresentada ao Comitê. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

IRI - Indicador de Resultado Intermediário
DLI - Indicador de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- A SEMA, coordenadora do programa, aponta como restrições ou fatores relevantes para a execução parcial ou não realização das metas dentro dos prazos previstos: a demora nos processos de elaboração e aprovação dos Termos de Referência e demais documentos envolvidos na contratação, e a morosidade no processo de comunicação entre o executor, UGP/SEPL e o Banco Mundial.
- Como medida corretiva, a SEMA estabeleceu: a) estratégia de contato e fluxo de tramitação de documentos mais efetivos internamente e com a UGP/SEPL para agilizar os processos; b) solicitação de apoio técnico aos responsáveis pelos programas junto ao Banco; c) melhor entendimento e articulação interna, entre os técnicos e diretores dos órgãos envolvidos, sobre a complexidade técnica dos Termos de Referência e os trâmites necessários para sua contratação.
- A principal meta, relacionada à Implementação do Sistema de Gestão Ambiental Integrada - SIGARH (Indicador de Desembolso), continua comprometida dependendo sua contratação da prorrogação do Acordo de Empréstimo negociado com o Banco e atualmente em tramitação junto ao mesmo. Estima-se que no primeiro semestre de 2017 esse impasse será superado com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo, e conseqüentemente do Contrato para a implementação do SIGARH.
- Quanto ao *status* dos demais indicadores, é possível relatar: a) quanto à infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA), o indicador está sendo cumprindo dentro do prazo esperado; b) quanto à meta inicial de 22 municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização, até dezembro de 2016, 27 municípios foram autorizados a licenciar (16 licenciados pela SEMA e os restantes pelo CEMA). Houve mudança na estratégia operacional da ação, pois a proposta inicial era de que seriam firmados convênios entre a SEMA e os municípios para formalizar a descentralização dos serviços ambientais aos municípios. Entretanto, esta ação passou a ser responsabilidade do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), que decidiu autorizar por meio de resolução a descentralização dos serviços aos municípios. Existem 27 municípios autorizados a licenciar; c) sobre a implantação de um sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e seis estações de monitoramento do ar instaladas e operando, as seis estações foram adquiridas e já foram instaladas (municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá). O sistema será implantado até o final do Projeto, pois depende das definições a serem estabelecidas ao longo do

desenvolvimento do SIGARH em fase de contratação; d) as ações referentes à modernização da infraestrutura operacional, readequação de *layout*, manutenção e conservação da infraestrutura da SEMA estão em andamento; e) a capacitação dos servidores públicos para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, ao mapeamento de competências e às diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná, continua sendo executada conforme plano de trabalho.

- A SEMA destacou alguns fatores importantes que contribuíram para a execução das metas previstas: a) empenho da equipe técnica na elaboração dos documentos de contratação das consultorias; b) resposta rápida a todos os questionamentos vindos da UGP/SEPL e do Banco; c) experiência adquirida pelos membros da equipe na execução dos processos de aquisições; d) empenho da equipe UGP/SEPL no esclarecimento das dúvidas relativas ao processo de aquisições e sua tramitação.
- Durante a Missão do Banco de novembro de 2016, foi discutida a importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a melhoria da gestão ambiental do Estado e sua aderência aos objetivos do Projeto Multissetorial. O CAR é uma política pública prioritária cuja implementação é responsabilidade compartilhada entre o governo federal os governos estaduais. A SEMA informou que está executando as ações de apoio ao CAR, com recursos do Fundo Amazônia, e que irá analisar a possibilidade de integrar esforços com as ações do Projeto.

PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- No tocante às atividades de Gestão de Riscos e Desastres, de forma geral, houve um progresso em relação às atividades planejadas. Como ponto positivo destaca-se a liberação do montante global dos recursos orçamentários previstos para a execução da programação de 2016.
- Entre os principais produtos já concluídos destacam-se: a) formalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) e apresentação ao mesmo das diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; b) implantação do sistema de previsão e estimativa de chuva (SIPREC); c) elaboração da Cartografia do Litoral por radar embarcado em aeronave; d) mapeamento e delimitação de áreas urbanas inundáveis na Região Metropolitana de Curitiba e nos municípios de Morretes e Francisco Beltrão; e) elaboração do Inventário Florestal em andamento; f) implantação do sistema inteligente de visualização e armazenamento de dados ambientais; e g) implantação da infraestrutura da base física do Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (CEGERD) e regionais com veículos, mobiliário, equipamentos de comunicação, monitoramento e capacitação.
- Destaca-se a conclusão dos processos de licitação e aquisições para: a) implantação da sala de monitoramento meteorológico;

b) adequação do *layout* interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para o funcionamento do CEGERD;
c) implantação do comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e de ativos de rede; e d) aquisição de *software* e *hardware* para o CEGERD.

- Os processos de licitação, em andamento, destinam-se: a) ao fortalecimento dos comandos regionais; b) qualificação e capacitação dos Agentes de Defesa Civil; c) sistema local de alerta precoce para a comunidade da floresta no município de Morretes; e d) aquisição de cinco radares Banda X para Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá com o objetivo de reforçar e concluir a rede de radares para a Gestão de Riscos e Desastres no Estado do Paraná.
- Quanto ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (Indicador de Desembolso), a meta inicial se referia à constituição da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, sendo a mesma cumprida integralmente com a publicação do Decreto Estadual nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013. Nesse sentido, a CEPDEC consultou a Defesa Civil Nacional sobre a elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, dada a importância deste como linha-base para a elaboração do Plano Estadual; a resposta do ente federal, por meio do Ofício nº 4.041, de 29 de dezembro de 2015, foi que a regulamentação da Lei Federal 12.608/12 estava em fase de negociação de responsabilidade dos órgãos setoriais do SINPDEC sob a articulação da Casa Civil do governo federal, e que o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil tem previsão de elaboração de um ano após a regulamentação da Lei nº 12.608/2012.
- Na Missão de abril de 2016, ficou estabelecida na Ajuda Memória produzida uma reconfiguração de indicadores, cuja atividade definiu-se como: submeter ao CEPRODEC a avaliação das diretrizes que guiarão o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, com o propósito de:
a) assentar o Plano sobre uma sólida base de governança, e a ação sendo considerada executada com o Relatório de Avaliação da Consulta ao CEPRODEC. Em função desta reconfiguração de indicadores, foi incluída na Pauta da Reunião do CEPRODEC, realizada em 15 de setembro de 2016, a apresentação da metodologia a ser utilizada para a elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; e conforme Ata os conselheiros concordaram com a avaliação das diretrizes que guiarão o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil. A Ata da reunião encontra-se disponível para consulta pública no *site* da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, na aba CEPRODEC.
- A SEMA destacou alguns fatores importantes que contribuirão para a execução das metas previstas: a) a dedicação das equipes administrativas da SEMA, de suas coligadas e da Casa Militar na condução dos processos de licitações; e b) o planejamento geral e acompanhamento estabelecido pela coordenação local do Projeto.
- A SEMA apontou as principais medidas corretivas adotadas para viabilizar a execução das metas do programa - Componente 1:

a) reforço da equipe local, com a incorporação de assessor técnico com mais tempo disponível para se dedicar a incentivar e auxiliar o andamento dos processos; b) coordenação local do Projeto Multissetorial assumida pelo diretor geral da SEMA, que tem a competência gerencial e hierárquica para administrar os processos de licitações; c) incorporação de um advogado com maior dedicação aos processos de licitações. Componente 2: a) para cada processo de seleção de consultoria adotou-se a elaboração de um cronograma das atividades envolvidas, com as respectivas durações, tanto as de responsabilidade da equipe técnica quanto as de responsabilidade da UGP/SEPL e do BIRD, e o gerenciamento rigoroso da implantação deste cronograma; b) avaliação do cronograma dos processos de seleção de consultoria para identificar as atividades com prazos muito longos de análise e buscar reduzi-los.

- Em função das necessidades diagnosticadas, a CEPDEC, durante a Missão de novembro de 2016, apresentou uma proposta de aquisição de drones ao Banco Mundial para dar suporte às atividades de mapeamento de riscos naturais e resposta a desastres naturais e antrópicos. Nesse contexto, a equipe do Banco Mundial não se opôs ao pleito (do ponto de vista técnico), porém ressaltou que análises prévias com relação à confidencialidade de dados/imagens, autorização de utilização e seguros a terceiros sejam esclarecidas de forma a se prosseguir com as especificações técnicas e o processo de aquisição dos mesmos.
- O Banco sugeriu, durante a Missão, que o Governo do Estado do Paraná, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, os mantenha informados sobre a provável data de inauguração do Centro Estadual de Gestão de Riscos de Desastres (CEGERD). Para tal oportunidade, recomendou que fosse feito um convite aos representantes do Banco Mundial para participação no evento de forma a prestigiar o atingimento dos objetivos propostos.

2.3 EDUCAÇÃO - SETOR 3

Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem enfrenta o problema da “insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos”. O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação. O programa Renova Escola objetiva a melhoria do ambiente escolar com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários (tabela 3, diagramas 5, 6 e 7).

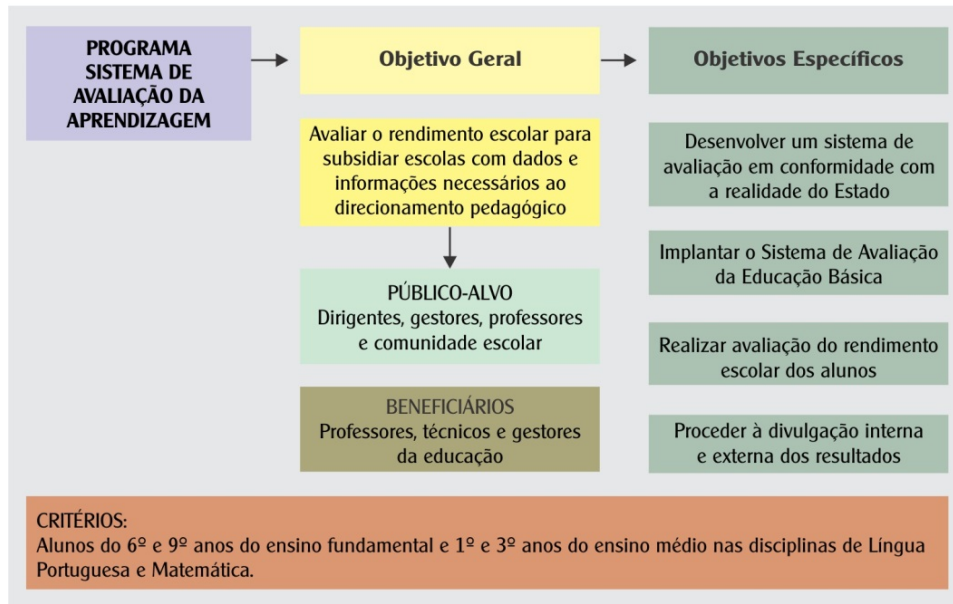
TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total ⁽¹⁾ (A)	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016 (B)	Executado Período Jul./2016 a dez/2016 (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (%) (B+C)/A
3018 - Programa de Sistema de Avaliação de Aprendizagem	25.325.600	9.738.048	0	15.587.552	61,55
3017 - Programa de Formação em Ação - 3017	119.860.013	44.556.401	5.100.191	70.203.421	58,57
4094 - Programa Renova Escola	322.045.310	143.463.635	12.064.016	166.517.659	51,71
TOTAL	467.230.923	197.758.085	17.164.207	252.308.631	54,00

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA-SIAF

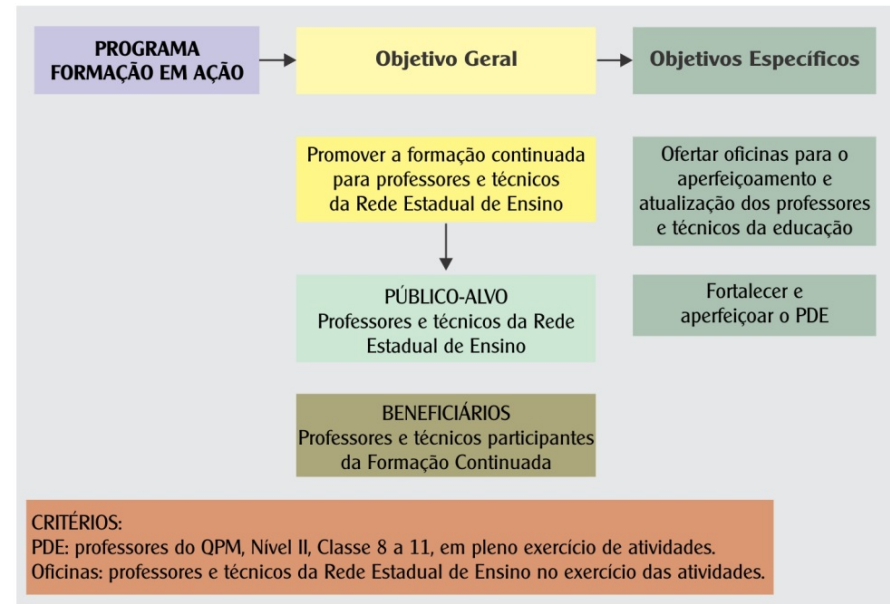
(1) Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



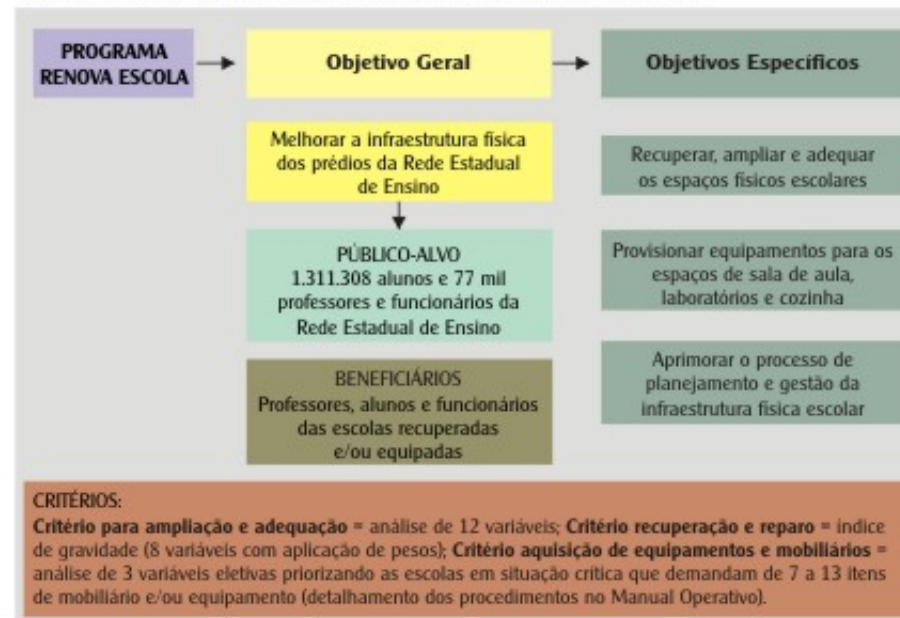
FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor Educação, foram definidos cinco indicadores de monitoramento para o programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Seis indicadores de monitoramento para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E, para o programa Renova Escola, dois indicadores de monitoramento direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores de desembolso e três indicadores de resultado intermediário relativos aos programas. Ainda, no quadro 7, consta um indicador social para o acompanhamento da capacitação dos professores que atuam em escolas indígenas.

INDICADOR	PGE 5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM							Medida de Desempenho
	Unidade de Medida	Realizado/AcumuladoAté 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/ Acumulado Até 31/12/2016	%	
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Núcleo Estadual de Avaliação em funcionamento (instalação do núcleo)	Número	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	100,0	Documento que comprove a designação das pessoas para compor a Coordenação
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	1	1	1	1	100,0	Sistema operando
Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para a avaliação	Número	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Até dezembro de 2015: matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática elaboradas. Para 2017: elaboração da Matriz de Referência da EJA e elaboração da Matriz de Referência para provas em Guarani Kaingang
Avaliação de alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Número	683.041	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Relatório da SEED incluindo o número de alunos avaliados
Resultados das 8 avaliações publicados e divulgados	Número	Divulgação de resultado de três avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Resultados divulgados <i>on line</i> e uma cópia digital ou impressa da revista onde foram publicados os resultados

QUADRO 6 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2.º SEMESTRE DE 2016

continua

INDICADOR	PGE 6 - FORMAÇÃO EM AÇÃO							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	Medida de Desempenho
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos (meta anual)	Número	5.623	6.000	3.428	3.361	6.789	113,2	Número de oficinas realizadas dividido pelo número previsto.
Técnicos participando em oficinas para troca de experiências (meta anual)	Número	30.069	26.159	26.909	28.847	27.878	106,6	Número de técnicos participantes dividido pelo número previsto.
Professores participando em oficinas para troca de experiências (meta anual)	Número	71.686	69.308	77.606	71.878	74.742	107,8	Número de professores participantes dividido pelo número previsto.
Vagas ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico de 2 anos em articulação com as universidades públicas do Estado PDE	Número	8.400	10.400	10.400	Não se aplica	10.400	100,0	Números de vagas ofertadas dividido por número de vagas previsto para a oferta no PDE
Cadernos PDE publicados em ambiente web com ISBN contendo artigos científicos concluídos	Número	3	4	1	Não se aplica	4	100,0	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número previsto.
Cadernos PDE publicados em ambiente web com ISBN contendo produções didático-pedagógicas concluídas	Número	3	4	1	Não se aplica	4	100,0	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número de cadernos previsto.

QUADRO 6 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3, EDUCAÇÃO – 2.º SEMESTRE DE 2016

conclusão

INDICADOR	PGE 7 - RENOVA ESCOLA							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado		Realizado/Acumulado Até 31/12/2016	%	Medida de Desempenho
				De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016			
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	1	Não se aplica	1	1	100,0	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios atualizado anualmente.
Escolas contempladas com equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	805	865	98	154	1.057	122,2	Número de escolas em situação crítica em termos de equipamentos ou mobiliários dividido pelo número total de escolas previsto.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: De modo geral, tanto as metas previstas quanto as realizadas são cumulativas. Excepcionalmente, as metas relativas à capacitação de professores e técnicos são anuais. Nesses casos, são registrados na coluna "realizado/acumulado até 31/12/2015" somente os dados realizados no referido ano. E na coluna "realizado/acumulado até 31/12/2016" está registrada a média das participações de professores e técnicos nas oficinas realizadas no 1º e 2º semestres deste ano.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO Fev./2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO
					de 01/01/2016 à 30/06/2016	de 01/07/2016 à 31/12/2016			
4 Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	84,20	79,60	Não se aplica	Não se aplica	85,10	85,10	106,9	O indicador é calculado com base na metodologia UNESCO/WB: Divida o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar, ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental, e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de Contingente Reconstituído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior.
15 Sistema operacional de avaliação e aprendizagem do aluno	Texto	3 avaliações realizadas e publicadas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Para as avaliações: relatório da SEED incluindo número de escolas, estudantes, resultados, etc. Para publicação: relatório e publicação.
16 Participação de professores em treinamento de formação	Percentual	85	85	85	91	92,4	91,65	107,8	Para desembolsos ocorridos em fevereiro: a verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano.
18 Escolas estaduais reformadas e ampliadas	Número	310	340	NA	15	12	337	99,1	Reforma e/ou ampliação: trabalho concluído com um certificado assinado pelo secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO Fev./2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO
					de 01/01/2016 à 30/06/2016	de 01/07/2016 à 31/12/2016			
17 Capacitação acadêmica de professores em serviço, Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	6.038	5.930	Não se aplica	1.946	27	8.011	198,8	Para aferição do indicador serão considerados os professores com certificados pelo PDE emitidos no período de referência do Relatório Semestral, independentemente das suas turmas de origem, excluindo-se os professores que optaram pelo aproveitamento total da titulação (mestrado e doutorado) certificados pelo Programa. Considerando a duração do PDE de dois anos e os meses necessários para a tramitação administrativa do processo tanto nas universidades quanto na SEED para fins de certificação dos professores, espera-se que os dados informados representem o número de concluintes de turmas PDE iniciadas dois anos antes. Eventualmente professores podem concluir o PDE em um tempo superior a dois anos devido a licenças previstas em lei.
32 Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores	Texto	Proposta de avaliação do PDE desmembrada em categorias e Minuta de Termo de Referência da primeira categoria encaminhada para o especialista em Educação do Banco Mundial	Relatório de Avaliação Final do PDE e Disseminação	Não se aplica	0	0	0	0,0	Relatórios das consultorias contratadas contendo as avaliações das dimensões do PDE, conforme respectivos Termos de Referências.
31 Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED	Texto	Módulos de diagnóstico e planejamento do Sistema Obras Online da SEED desenvolvidos e implementados e Módulo de acompanhamento da execução das obras centralizadas do mesmo Sistema desenvolvido e implementado	Piloto do Sistema (na SEED e NRE em Curitiba) concluído	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	100,0	O indicador foi 100% cumprido até dezembro de 2015. O desenvolvimento e implementação do sistema tem sido feito pela CELEPAR com recursos próprios da SEED.

QUADRO 7 - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2016

conclusão

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2015	PREVISÃO 2016	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO Fev./2017	REALIZADO		REALIZADO/ ACUMULADO até 31/12/2016	%	MEDIDA DE DESEMPENHO	
					De 01/01/2016 à 30/06/2016	De 01/07/2016 à 31/12/2016				
33	Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas	Número	695	750	NA	739	716	728	97,1	A verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano. A abertura de turmas ou de novas escolas pode justificar a capacitação além do previsto uma vez que as metas em números absolutos representam 95% do total de 789 professores em serviço que compõem o quadro de pessoal das escolas estaduais indígenas em 2016, segundo os recursos humanos da SEED.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

 PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial.

 IRI - Indicador de Resultado Intermediário.

 DLI - Indicador de Desembolso.

 SI - Indicador Social.

CONTEXTO

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Para estruturar e operacionalizar o sistema de avaliação, a SEED contratou a assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais, que desenvolveu e aplicou três avaliações, porém, o contrato foi rescindido pela SEED. Em 2015 e em 2016 não foram aplicadas avaliações em função de restrições orçamentárias e greve dos professores.
- Na Revisão de Meio Termo de abril de 2016, com base na perspectiva de prorrogação do Contrato do Projeto Multissetorial, discutiu-se com o especialista do setor do Banco Mundial a ampliação do número de avaliações, sendo acordadas as propostas de: a) duas avaliações para 2017, sendo uma para os anos iniciais do ensino fundamental e médio no início do ano letivo, e outra para os anos finais, ao fim do ano letivo; b) inclusão de avaliação para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental e médio; c) inclusão de provas nas línguas guarani e kaingang para os alunos das escolas indígenas; d) substituição do questionário sociocontextual por avaliação institucional nas três instâncias da SEED (escola, NRE e sedes da SEED); e e) disseminação dos resultados nos semestres subsequentes àqueles cujas avaliações tenham sido realizadas.
- Para a continuidade da realização das avaliações foram preparados os documentos de um processo de licitação para a contratação de empresa, tendo sido obtida a não objeção do Banco Mundial em 2016. Assim, há uma expectativa de contratação para o primeiro trimestre de 2017.

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- Os dados das oficinas do Programa Formação em Ação indicam a superação da meta prevista para 2016, com a realização de 6.789 oficinas, o que resultou na capacitação de 27.878 técnicos e 74.742 professores, sendo esses números resultantes, respectivamente, da média das participações nas oficinas realizadas no 1º e 2º semestre do ano. Essa metodologia de cálculo foi acordada, durante a Revisão de Meio Termo do Projeto (RMT), com o especialista em Educação do Banco Mundial, tendo em vista a possibilidade de alteração do quadro de professores ao longo do ano, devido à abertura e fechamento de turmas e/ou à solicitação ou retorno de licenças previstas em lei (que podem ocasionar dispensas ou novas contratações de profissionais). A meta do Indicador de Desembolso refere-se ao percentual de professores participando de oficinas para troca de experiências, tendo sido superada com 91,65%. Foi acordado durante a RMT que esse indicador será calculado somente para os desembolsos previstos para fevereiro, utilizando-se as médias da participação de professores nas oficinas realizadas no 1º e 2º semestre do ano, e as médias do quadro de pessoal nos meses de realização das oficinas.
- Desde 2015 está sendo acompanhado o indicador “Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas”. Durante a RMT foram revisadas as metas e definido que a metodologia de cálculo do indicador seria a mesma do Indicador de Desembolso. Em 2016, foram capacitados 728 professores, representando 97,1% da previsão inicial de 750 capacitações.
- Foram abertas 2 mil novas vagas no processo seletivo para a formação da turma PDE 2015. Entretanto, o número de vagas ocupadas foi de 1.877, uma vez que 123 professores classificados solicitaram o reconhecimento da titulação *stricto sensu*, o que resulta em equivalência com o PDE. As atividades da turma iniciaram somente em fevereiro de 2016, devido a restrições orçamentárias. Assim, durante a RMT, foram repactuadas as metas e acordada a renomeação dessa turma para PDE 2016.
- Também foi solicitada pelo especialista em educação do Banco Mundial uma definição mais clara do protocolo de verificação do indicador relativo ao número de professores formados e posteriormente a realização de uma revisão dos dados acumulados desde o início do Programa. Assim, os dados publicados neste relatório corrigem aqueles publicados anteriormente. Nesse contexto, para o cálculo do realizado/acumulado, foram considerados os professores concluintes desde 2012 até dezembro de 2015, sendo esses professores oriundos das turmas PDE 2010, 2012, 2013 e 2014. Para fins de aferição do indicador, foram considerados concluintes aqueles professores certificados pelo PDE no período de referência em questão, independentemente de suas turmas de origem, excluindo-se os professores que optaram pelo aproveitamento total da titulação (mestrado ou doutorado), para fins de certificação pelo Programa.

- No primeiro semestre de 2016 foram publicados dois cadernos PDE para a divulgação de materiais elaborados por professores oriundos da turma PDE 2014 e remanescentes de turmas anteriores. Um dos cadernos apresentou 1.950 produções didático-pedagógicas confeccionadas ao final das atividades do primeiro ano do PDE, e o outro caderno apresentou 1.932 artigos científicos elaborados para fins de conclusão do curso. Até dezembro de 2015 foram publicados 3 cadernos PDE contendo 6.007 produções didático-pedagógicas e outros 3 cadernos contendo 5.968 artigos. Na RMT decidiu-se alterar o indicador para números de cadernos publicados, sendo que o número de produções e artigos será informado complementarmente.
- Durante a RMT foram discutidas as metas do indicador “Fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores”, tendo sido acatados os acordos obtidos nas missões de avaliação do Projeto. Assim, as metas serão relativas à avaliação das dimensões do PDE. Para o cumprimento da meta estabelecida para 2017 já foi elaborado e aprovado no segundo semestre de 2016 o Termo de Referência para a avaliação da primeira dimensão do PDE.

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- O ritmo de execução das obras foi reduzido no ano de 2016, tendo sido realizados 27 reparos, sendo 15 com termos de recebimento no primeiro semestre do ano e outros 12 no segundo semestre. Por determinação do governo, tendo em vista as recomendações da Paraná Edificações da SEIL e da Procuradoria Geral do Estado, a SEED modificou a estratégia de execução dos reparos de até R\$ 150.000, tendo sido contratados tais serviços de forma centralizada, em sua maioria via pregão eletrônico. Mesmo assim, as escolas e os Núcleos Regionais de Educação (NREs) continuam desempenhando papéis importantes na execução dos reparos, sobretudo no levantamento da demanda e acompanhamento dos serviços.
- Em atendimento às recomendações do TCE e do Banco Mundial, foi realizada uma auditoria interna nas 81 obras concluídas, sendo 33 ampliações e/ou adequações e 48 reparos, contratados de forma centralizada e executados por meio do Renova Escola, constantes da prestação de contas dos exercícios de 2013 e 2014. Como resultado da auditoria concluiu-se que:
 - 57 obras atenderam aos requisitos legais;
 - 11 apresentaram divergências, porém dentro da margem de variação pactuada com o Banco Mundial de 5% (desde que o objeto tivesse atendido ao fim a que se destinava);
 - 13 obras apresentaram percentual executado inferior a 95%.

- Em função da não conformidade, essas 13 obras foram excluídas tanto da prestação de contas das metas físicas quanto das metas financeiras até aqui alcançadas. Portanto, os dados apresentados no presente relatório retificam o valor acumulado até dezembro de 2015, de 323 escolas estaduais reformadas e ampliadas para 310.
- Também foi realizado, por solicitação da responsável pelo gerenciamento financeiro do Banco Mundial, o levantamento das obras em andamento. Tal levantamento foi finalizado em outubro de 2016, apontando que, das 20 obras, 6 apresentaram divergências entre o faturado, o executado e o pago.
- Cabe destacar que, em ambas as situações, as empresas que apresentaram divergências foram notificadas para apresentarem o contraditório.
- Devido às recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Paraná, apontadas nos Relatórios de Auditoria do Exercício 2014 e 2015, decidiu-se não incluir no presente relatório os serviços de reparos com valores superiores a R\$ 150.000 e as obras de melhorias e ampliações, assim como não serão incluídos na prestação de contas financeira como gastos financiáveis os pagamentos dessas obras concluídas ou em andamento, até que os processos de auditoria interna, realizada pela própria SEED, e auditoria externa realizada pelo TCE apresentem pareceres conclusivos.
- Todavia, esta situação pouco compromete o desempenho do Indicador de Desembolso em virtude da apresentação dos resultados de reparos e da superação das metas em semestres anteriores.
- No primeiro semestre de 2016, foram contempladas com equipamentos e mobiliários 98 escolas e no segundo semestre do ano outras 154 receberam equipamentos e mobiliários, superando a meta cumulativa de 865 escolas.
- Na RMT, foi discutido o indicador “Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED”, tendo sido reconhecido que as metas estabelecidas no Quadro de Monitoramento e Resultados do Projeto para esse indicador já foram atingidas até dezembro de 2015, com o desenvolvimento e implementação dos seguintes módulos do Sistema Obras Online da SEED: a) diagnóstico e planejamento de obras centralizadas (construções, melhorias e ampliações) e de reparos; e b) acompanhamento da execução das obras centralizadas. Entretanto, dada a importância desse sistema e o fato de a SEED ainda estar desenvolvendo o módulo de acompanhamento da execução dos reparos, esse indicador continuará sendo monitorado durante as missões de avaliação do Banco.

2.4 SAÚDE - SETOR 4

No contexto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como a mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) tabela 4, diagramas 8 e 9.

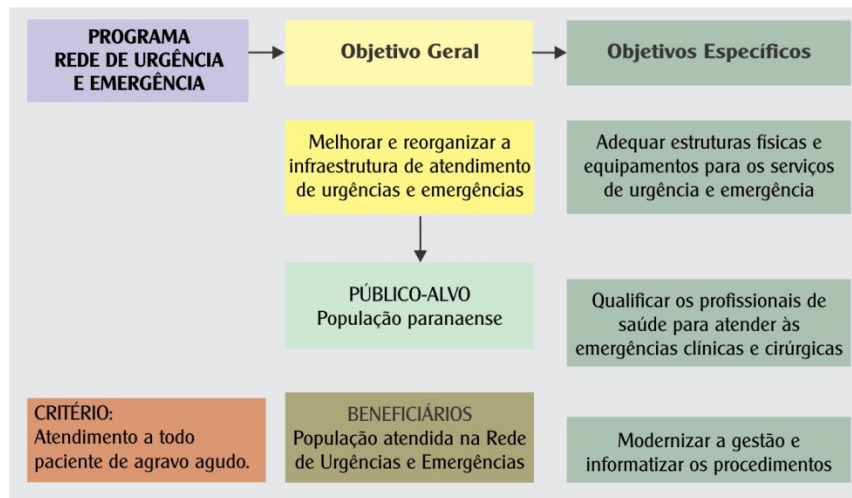
TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total ⁽¹⁾	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016	Executado Período Jul./2016 a Dez./2016	Saldo Total a Executar	Executar (%)
	(A)	(B)	(C)	A-(B+C)	(B+C)/A
4161 - Rede de Urgência e Emergência	909.326.420	624.697.860	165.274.144	119.354.416	13,13
4162 - Rede Mãe Paranaense	388.058.055	487.183.966	58.959.595	-158.085.507	-40,74
TOTAL	1.297.384.475	1.111.881.827	224.233.739	-38.731.091	-2,99

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

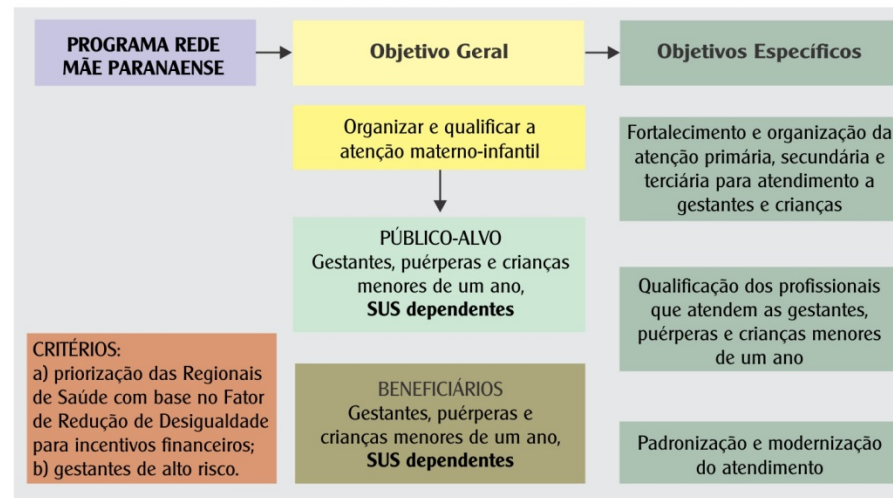
(1) Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor Saúde, foram definidos 11 indicadores de monitoramento para o programa Rede de Urgência e Emergência, que busca a ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes; e nove indicadores de monitoramento para o Programa Rede Mãe Paranaense, que pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9 são apresentados dois indicadores de desembolso, três de resultado intermediário e dois de desenvolvimento dos programas de Saúde.

INDICADOR	PGE 8 - PROGRAMA REDE DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS							
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado	Previsão Anual	Realizado		Realizado Acumulado	%	Medida de Desempenho
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 à 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Até 31/12/2016		
Helicópteros disponíveis para o transporte aéreo de pacientes (meta anual)	Número	1	3	1	3	3	100,0	Número de helicópteros contratados dividido pelo número de helicópteros previstos
390 ambulâncias, sendo 268 de resgate com UTI e 122 de simples remoção disponibilizadas para o transporte intermunicipal	Número	202	230	3	14	219	95,2	Número de ambulâncias disponibilizadas dividido pelo número de ambulâncias previstas
238 kits para equipar ambulâncias de resgate / UTI	Número	8	78	47	115	170	217,9	Número de kits de equipamentos de UTI para ambulâncias dividido pelo número de kits previstos para ambulâncias
04 Camionetes de resgate	Número	0	4	4	0	4	100,0	Número de camionetes disponibilizadas dividido pelo número de camionetes previstas
Leitos de UTI habilitados e contratados no Estado do Paraná (meta anual)	Número	1.830	1.860	1.870	1.968	1.968	105,8	Número de leitos de UTI habilitados e disponíveis dividido pelo número de leito previstos
225 leitos de emergência equipadas	Número	25	65	86	14	125	192,3	Número de leitos de emergência equipados dividido pelo número de leitos previstos
Complexo Regulador do SUS com sistema operacional de regulação em 4 macrorregionais de saúde e (meta anual)	Número	1	1	1	1	1	100,0	Complexo regulador do SUS operando nas 4 macrorregionais de saúde
320 hospitais com incentivo financeiro através de contratos ou repasse Fundo a Fundo - HOSPSUS I, II e III (meta anual)	Número	22	320	210	242	242	75,6	Número de hospitais com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de hospitais com incentivos previstos
12 SAMUs, sendo 9 Regionais e 3 Municipais com incentivo financeiro (meta anual)	Número	12	12	12	12	12	100,0	Número de SAMUs com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de SAMUS com incentivos previstos
6.400 alunos capacitados em cursos de 12 a 60 horas	Número	5.625	5.915	902	935	7.462	126,2	Número de profissionais de saúde capacitados divididos pelo número de profissionais previstos
4 macrorregiões de saúde com Núcleos de Desastres para resposta assistencial de urgência rápida e coordenada nas situações de desastres naturais ou provocados e de epidemias e doenças transmissíveis (meta anual)	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Número de macrorregionais com Núcleos de Desastres dividido pelo número de macrorregionais com Núcleos previstos

INDICADOR	PGE 9 - PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE							
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado	Previsão Anual	Realizado		Realizado Acumulado	%	Medida de Desempenho
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 à 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Até 31/12/2016		
Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios (meta anual)	Texto	O fator de redução das desigualdades tem sido usado para alocação dos recursos aos municípios, conforme resolução SESA	NA	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	100,0	Municípios priorizados
UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	113	156	64	67	244	156,4	N.º de UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas dividido pelo número previsto
UBS equipadas para atendimento	Número	308	358	6	0	314	87,7	N.º de UBS equipadas dividido pelo número previsto
Municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS (meta anual)	Número	391	391	391	391	391	100,0	N.º de municípios com incentivo dividido pelo número de municípios previstos
Profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	42.505	44.005	1.919	3.314	47.738	108,5	N.º de profissionais qualificados dividido pelo número previsto
Gestantes com carteiras nas UBS (meta anual)	Percentual	113,50	85	148,5	127,1	137,8	162,1	N.º de gestantes SUS dependentes com carteira / dividido pelo número estimado de gestantes SUS dependentes
Crianças com carteiras nas UBS (meta anual)	Percentual	125,7	85	158,4	174,7	166,6	195,9	N.º de crianças SUS dependentes com carteiras nas UBSs / dividido pelo número estimado de crianças SUS dependentes
Gestantes com classificação de risco registrada no SISPRENATAL (meta anual)	Percentual	62,40	70,0	84,0	72,0	78,0	111,4	N.º de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes
Gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto (meta anual)	Percentual	62,40	70,0	84,0	72,0	78,0	111,4	N.º de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes

FONTE: ????????

NOTAS: Tanto as metas previstas quanto as realizadas são cumulativas. Excepcionalmente as metas anuais, que não podem ser acumuladas, são identificadas logo após a descrição do indicador. Nesses casos, são registrados nas colunas realizado acumulado até 31/12/2015" e "realizado acumulado até 31/12/2016" somente os dados realizados nos respectivos anos.

QUADRO 9 - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO - SETOR 4, SAÚDE - 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO	PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO	REALIZADO		REALIZADO ACUMULADO	%	MEDIDA DE DESEMPENHO	
		Até 31/12/2015	2016	Fev./2017	De 01/01/2016 à 30/06/2016	De 01/07/2016 à 31/12/2016	Até 31/12/2016			
5	Redução da Taxa de mortalidade materna (número de mortes por 100 mil nascidos vivos)	Coeficiente	51,57	48,23	Não se aplica	39,18	37,61	38,4	120,4	O indicador mede o percentual de decréscimo em relação à base (65,11/100.000 nascidos vivos); exclui mortes por causas acidentais ou violência. Geralmente os dados viáveis refletem o status de 1,5 anos atrás.
6	Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas exceto violência	Número	43,46	49,5	Não se aplica	Não se aplica	42,27	42,27	114,6	O indicador mede o percentual de decréscimo em relação à base (51,48); exclui mortes por violência. Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) é a fonte dos dados. A taxa de mortalidade por causas externas é calculado dividindo-se o número de óbitos por causas externas pela população total multiplicando-se por 100.000 habitantes.
19	Gestantes com alto risco de complicações no parto identificados e que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde	Percentual	87,2	80,0	80,0	113,7	104,3	109,02	136,3	Relatório que compare dados a partir dos seguintes sistemas: <i>Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC, sistema de informação sobre nascidos vivos)</i> e Sistema de Informação Hospitalar. A partir de 2019 este indicador não é mais de desembolso.
20	Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de 07 consultas de pré-natal	Percentual	99,0	80,0	80,0	82,0	84,0	83,0	103,8	<i>Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC)</i> . A partir de 2019 este indicador não é mais de desembolso.
21	Redução de taxa de mortalidade infantil	Coeficiente	10,92	11,14	Não se aplica	10,55	10,73	10,6	104,5	O Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) será a fonte dos dados.
22	Taxa de mortalidade para doenças cardiovasculares (por faixa etária)	Número	76,34	76,93	Não se aplica	NA	70,85	70,85	107,9	Sistema de Informação de Mortalidade (SIM); o indicador mede o número de mortes por doenças cardiovasculares/total da população/100.000 habitantes.
23	Percentual da população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência	Percentual	80,19	90	Não se aplica	83,0	87,1	87,1	96,8	

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

■ PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial.

■ IRI- Indicador de Resultado Intermediário.

■ DLI - Indicador de Desembolso.

CONTEXTO

PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- Para melhor representar os esforços do trabalho realizado com a implantação da Rede de Urgência e Emergência, foi acordada a inclusão de três indicadores: a) um indicador de PDO: “Taxa de mortalidade por causas externas, exceto violência”; e b) dois indicadores de resultado intermediário: “Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares por faixa etária” e “Percentual da população com acesso à Regulação Médica de Urgência e Emergência”. Esses novos indicadores avaliam resultados anuais, não sendo possível avaliá-los no primeiro semestre de cada ano. No caso do indicador de desenvolvimento (PDO) que mede a taxa de mortalidade por causas externas exceto violência, o resultado ultrapassou a meta prevista para 2016 (14,6%).
- O contrato de transporte aéreo médico foi prorrogado, tendo nova vigência até 19 de dezembro de 2016, com previsão orçamentária no exercício de 2016.
- O incentivo financeiro hospitais foi ampliado para atender a 320 unidades de saúde¹ e cumpriu a meta em 65,6% no primeiro semestre de 2016. Isto se deve à inclusão dos hospitais cujo incentivo era viabilizado por convênio. A partir da nova legislação, a figura do Convênio foi extinta, transformando a relação com todos os serviços em Contrato ou repasse Fundo a Fundo. Houve, portanto, uma ampliação significativa no número de hospitais integrados à Rede de Urgência e Emergência. A meta foi atingida em 75,6% do total dos 320 previstos em função da dificuldade de adesão dos hospitais aos termos do contrato.
- Fatores destacadas pela SESA como relevantes para a execução das metas de 2016 a reavaliação das metas do Projeto, permitindo adequação à nova realidade assistencial, bem como a adoção de medidas administrativas e de logística que viabilizaram as entregas de equipamentos. Como restrição foi citada a disponibilidade financeira e orçamentária aquém da necessidade integral do Projeto. As medidas corretivas consideradas pela SESA para o Rede de Urgência e Emergência foram a revisão permanente das metas e a previsão orçamentária adequada ao período de duração do contrato de empréstimo. Mesmo com as restrições citadas, a SESA considera que as metas previstas para o programa tiveram desempenho satisfatório no ano de 2016.

¹ Ver informações no MOP, 2016:36.

PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- A Rede de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense) não sofreu descontinuidade no processo de implementação e apresenta resultados importantes para o sistema de saúde estadual.
- O indicador de Redução da Razão de Mortalidade Materna (RMM) foi mantido como de Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO).² Essa decisão se deve ao fato de que a RMM é um indicador de qualidade da saúde, influenciado diretamente pelo grau de desenvolvimento econômico-tecnológico e a organização do sistema de saúde. Variações positivas nesse indicador normalmente são associadas à falta de qualidade de serviços de assistência à gestação, parto e puerpério. Durante o ano de 2016, as variações neste indicador atenderam e ultrapassaram a meta de redução de RMM, atingindo um coeficiente 20,4% menor que o previsto para o período.
- Para a melhoria dos serviços de Atenção Primária em Saúde, a SESA tem repassado recursos a 391 municípios paranaenses, seja por meio de Convênio ou de repasse Fundo a Fundo, para apoiar a construção, reforma ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Um acompanhamento detalhado a respeito do andamento de cada uma das obras está em curso pela SESA em conjunto com a SEPL/UGP e a Paraná Edificações.
- A SESA também instituiu a Resolução nº 604/2015, que criou o incentivo financeiro no valor de R\$ 115.000,00, por meio de repasse Fundo a Fundo, para que os municípios adquiram os equipamentos necessários para atender as UBSs.
- Durante a Missão foi acordada a preparação de material de mídia para demonstração dos resultados técnicos, operacionais e de gestão de serviços de saúde alcançados pelo programa Rede Mãe Paranaense, apoiado pelo Projeto. Para a realização do vídeo foram realizadas visitas a duas unidades participantes do programa: unidade de referência para o alto risco gestacional (Hospital Nossa Senhora do Rocio), no município de Campo Largo, e unidade de atenção primária (Unidade Básica de Saúde Enfermeira Ana Nery), no município de São José dos Pinhais. Participaram desta atividade profissionais de saúde das duas unidades, a equipe de gestão da SESA e duas gestantes usuárias do programa; uma com gestação de alto risco e outra com gestação de risco habitual. O vídeo será finalizado pela jornalista encarregada do Banco, e espera-se uma versão para divulgação no final de junho de 2017.

² Informações da Ajuda Memória da Revisão de Meio Termo de abril de 2016 do Setor Saúde.

INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE “ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ”

Para o Componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do Componente 1. Constitui o setor 5 do projeto denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3039 (alterada na LOA de 2016 de nº 3016 para nº 3039) da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o Componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2016

COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - GESTÃO DO PODER PÚBLICO		
INICIATIVA PPA N.º	AÇÕES	EXECUTOR
Administração Geral do Estado - AGE - 3039	Qualidade fiscal	SEPL, SEFA
	Modernização Institucional	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE
	Gestão mais eficiente dos recursos humanos	SEPL e SEAP
	Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental	SEPL e SEAB
	Apoio à modernização do licenciamento ambiental	SEPL, SEMA, IAP, AGUASPARANÁ, ITCG
	Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL
	Educação	SEPL e SEED
Saúde	SEPL e SESA	

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto

EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para implementar as 18 ações previstas, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, na condição de responsável por esse componente, em cooperação com os diversos executores, no período pós-assinatura do contrato, concentrou esforços técnicos e institucionais no trabalho de elaboração das especificações e documentos relativos às aquisições dos objetos programados para serem contratados. No quadro 11 estão relacionadas as ações alocadas no Componente 2 - Assistência Técnica, *status* da contratação e/ou contratada, tipo de aquisição e *status* do processo de seleção e/ou aquisição. O valor total estimado com as 18 ações no Componente 2 corresponde a R\$ 89.869.960,87 que, considerando a Taxa de Câmbio de Compra do Banco Central do Brasil (Cotação 23/05/2017 - R\$/US\$ = 3,2648), compromete em boa parte os recursos previstos no Acordo de Empréstimo para o mesmo.

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ					
Setor 5 - Gestão do Setor Público	Executor	Objeto	Status ou Contratado	Tipo	Status
Qualidade Fiscal (Subcomponente 2.1)	SEPL/ SEFA	1. Sistema de Gestão Tributária - SGT	Em licitação	LPI	Em licitação
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/ CGE	2. Seleção de consultoria: desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada, para os Sistemas de Controle Interno, Sistema de Ouvidoria, Sistema de Corregedoria e Sistema de Transparência e Acesso à Informação	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
	SEPL	3. Aquisição de equipamentos de informática (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SEMA)	R\$ 3.340.259,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Ata de registro de preços assinada em 19/05/2016
	SEPL	4. Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP e IPARDES)	Em licitação	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Em licitação
	SEPL	5. Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (SEAP e IPARDES)	Em licitação	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Em licitação
	SEPL/ SEAP	6. Seleção de consultoria para estudo de modelo ideal para composição e dimensionamento da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
	SEPL/ SEAP	7. Serviços de atualização do cadastro imobiliário do Estado do Paraná	R\$ 14.499.865,00	Contratação de Serviços	Contrato assinado em 16/03/2016
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/ IPARDES	8. Contratação de consultoria individual para assessoramento técnico ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na execução da avaliação de impacto da Ação de Regularização Fundiária	Em seleção	Consultor Individual	Em seleção
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) - Desenvolvimento Regional	SEPL/ SEPL	9. Seleção de consultoria para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
	SEPL/ SEPL	10. Seleção de consultoria para elaboração dos Planos Setoriais de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Londrina: Eixo Apucarana - Cornélio Procópio	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
Gestão de Recursos Humanos Mais Eficiente (Subcomponente 2.3)	SEPL/ SEAP	11. Seleção de consultoria para capacitação estratégia dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância	R\$ 4.899.999,96	Seleção de Consultoria	Contrato assinado em 29/02/2016
		12. Seleção de consultoria para elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
		13. Seleção de consultoria especializada para desenho de modelos de sistemas de saúde complementar, para os servidores públicos do Estado do Paraná SAS	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2.º SEMESTRE 2016

conclusão

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ					
Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (Subcomponente 2.4)	SEPL/ SEAB	14. Ações foram alocadas no Componente 1	-		
Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5)	SEPL/ SEMA	15. Seleção de consultoria para desenvolvimento do sistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos (SIGARH), composto pelo subsistema de cadastro de recursos hídricos (CRH), subsistema de monitoramento de recursos hídricos (SMRH) e subsistema de gestão de bacias hidrográficas (SGBH)	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5)	SEPL/ SEMA	16. Seleção de empresa especializada para implantar a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA)	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6)	SEPL/ SEMA	17. Seleção de consultoria em engenharia especializada em Cartografia e Sensoriamento Remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
Educação (Subcomponente 2.7)	SEPL/ SEED	18. Contratação de empresa para avaliar o programa de desenvolvimento educacional - PDE	Em seleção	Seleção de Consultoria	Em seleção
Saúde (Subcomponente 2.8)	SEPL/ SESA	19. Ações foram alocadas no Componente 1	-		
TOTAL	R\$/US\$(¹)		R\$ 89.869.960,87	US\$ 27.526.942,19	

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto

(1) Taxa de Compra - Banco Central do Brasil - Cotação 23/05/2017: 3,2648.

No relatório do semestre anterior (1º semestre de 2016) foi relatado que estavam em andamento 17 ações alocadas no Componente 2 - Assistência Técnica, que comprometiam os recursos disponíveis. Neste momento, em função da variação cambial, existe a perspectiva de sobra de recursos, o que ainda vai depender da finalização dos processos de contratação de todas as consultorias em curso e dos aditivos necessários que estão sendo pleiteados. Dos recursos alocados no Componente Assistência Técnica, até 31 de dezembro de 2016, foram investidos e pagos R\$ 4.165.829,98.

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do setor 5 - Gestão do Setor Público, relacionados a: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional e Gestão Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos, com metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do “novo jeito de governar”, foco nos resultados e em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2016

continua

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2015	META ANUAL 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 31/12/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/06/2016 A 31/12/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					Abs.	%	
Melhorar as competências essenciais dos servidores civis.	Texto	Contratação de serviços de consultoria para formação estratégica de funcionários contratada.	Plano de Desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia.	Plano de desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia.	1	100,00	Desembolso 6: Plano de Desenvolvimento de Competências; Desembolso 7: Número de servidores civis treinados, apresentado por gênero. Desembolso 8: Número de servidores treinados, apresentados por gênero, não acumulado com as metas do período anterior.
Fortalecimento do Controle Interno	Texto	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Fase de lançamento da Manifestação de Interesse para formação da lista curta.	Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratada.	Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratada.	1	100,00	Desembolso 6: Consultoria contratada; Desembolso 7: Relatório de Avaliação; Desembolso 8: Plano Estratégico; Desembolso 9: Sistema de Informação implantado.
Fortalecimento da capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada	Texto	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados. (Total de 9 cadernos) Proposta de avaliação de impacto para a Ação de Regularização Fundiária do PRÓ-RURAL e proposta de avaliação de impacto do Programa Rede Mãe Paranaense elaboradas. Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógicos para todos os PGEs.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Desembolso 5: Relatórios de alcance dos indicadores de resultado; Desembolso 6: Relatório de Progresso; Desembolso 7: Relatório com recomendações.

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2015	META ANUAL 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 31/12/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/06/2016 A 31/12/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					Abs.	%	
Revisão dos processos de gestão fiscal	Texto	A SEFA desenvolveu e apresentou uma proposta englobando parte dos objetos dos TORs relativos à coleta de ITCMD e IPVA e encaminhou ao Banco obtendo não objeção técnica. Foi realizada a revisão dos processos de cobrança de impostos internamente pela SEFA. O processo de licitação foi realizado encontrando-se na fase final de análise para não objeção por parte do Banco Mundial e posterior contratação.	Não se aplica	Software instalado e configurado, e plano de execução do projeto entregue.	0	0,00	O resultado da licitação para a contratação da consultoria encontra-se em análise junto ao Banco Mundial.
Receita de impostos em atraso recebidos em relação ao total de impostos em atraso	Percentual	1,99	2,22	Não se aplica	2,2	(1)100,9	O percentual de receita recebida de impostos em atraso em relação ao total de impostos em atraso é calculado usando dados do balanço anual do Estado. O numerador é a soma da "Dívida Ativa Tributária" e "Dívida Não Tributária" e o denominador é o "Estoque da Dívida Ativa".
Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional	Texto	Não se aplica	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção.	Implementando ações na área de educação e saúde. Foi realizado o LTCAT (Laudo de Segurança no Trabalho) e o PPRA (Programa de prevenção de riscos ambientais no trabalho) do setor de Saúde - em função destes documentos estão sendo definidas ações para o 1º semestre de 2017.	1	100,00	Documento contendo a Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e as áreas prioritárias para intervenção elaborado pela SEAP.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

(1) Percentual de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano por não haver meta específica para o período.

■ ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial.

■ IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário PAD.

■ ID - Indicador de Desembolso.

O acompanhamento financeiro obedece à estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) corresponde às ações do Componente 1, com condicionantes de desempenho físico e financeiro para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de Assistência Técnica do Componente 2, financiado 100% pelo Banco Mundial.

As regras que deverão ser utilizadas para este desembolso foram discutidas com o Banco Mundial, SEAIN, STN e PGFN. A oficialização das mesmas, por meio da reformulação do Acordo de Empréstimo e da Carta de Desembolso, iniciada no primeiro semestre de 2016 por ocasião da Revisão de Meio Termo, deverá ser concluída até o final do ano.

COMPONENTE 1 - PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

Período: 1º de julho a 31 de dezembro de 2016

O período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2016 refere-se à prestação de contas para a comprovação dos critérios relativos ao sétimo desembolso do projeto e consolida a execução financeira. A demonstração financeira dessa prestação de contas segue as regras do Acordo de Empréstimo vigente (Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo firmado em 26 maio de 2017).

No segundo semestre de 2016, os pagamentos registrados nos PGEs totalizaram R\$ 281,82 milhões, equivalente a aproximadamente US\$ 86,26 milhões. Os programas afetos à Secretaria da Saúde contribuíram com 79,56% do desempenho financeiro do período (tabela 5).

TABELA 5 - DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 1.º DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)						
	Previsto Total ⁽¹⁾ (A)	Executado/Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016 (B)	Executado/Acumulado Período 12/12/2012 a 30/06/2016 (US\$) (C)	Executado no Período (jul./2016 a dez./2016) (D)	Executado no Período (jul./2016 a dez./2016) (US\$) (E)	Saldo Total	Falta Executar (%)
						A - (B+D)	(B+D)/A
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL	193.554.340	12.995.026	4.996.031	27.106.272	8.365.581	153.453.042	79,28%
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	121.819.981	46.167.381	19.370.940	4.051.458	1.219.242	71.601.142	58,78%
Subtotal	315.374.321	59.162.407	24.366.971	31.157.730	9.584.824	225.054.184	71,36%
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	40.079.869	7.700.561	2.993.947	4.500.000	1.400.789	27.879.308	69,56%
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	65.183.879	8.177.388	3.393.016	4.766.111	1.485.429	52.240.380	80,14%
Subtotal	105.263.748	15.877.949	6.386.963	9.266.111	2.886.218	80.119.688	76,11%
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	25.325.600	9.738.048	4.348.673	0	0	15.587.552	61,55%
3017 - Formação em Ação	119.860.013	44.556.401	16.548.709	5.100.191	1.524.295	70.203.421	58,57%
4094 - Renova Escola	322.045.310	143.463.635	62.826.782	12.064.016	3.708.689	166.517.659	51,71%
Subtotal	467.230.923	197.758.084	83.724.164	17.164.207	5.232.984	252.308.632	54,00%
4161 - Rede de Urgência e Emergência	909.326.420	624.697.860	218.072.571	165.274.144	50.535.021	119.354.416	13,13%
4162 - Rede Mãe Paranaense	388.058.055	487.183.966	160.495.104	58.959.595	18.021.107	-158.085.506	-40,74%
Subtotal	1.297.384.475	1.111.881.826	378.567.676	224.233.739	68.556.127	-38.731.090	-2,99%
TOTAL GERAL	2.185.253.467	1.384.680.266	493.045.773	281.821.787	86.260.154	518.751.414	23,74%

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto

(1) Total previsto após segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo assinado em 26 de maio de 2017.

Do total despendido (despesas realizadas), foi considerado como valor elegível pago (financiável), no período em análise, US\$ 51,61 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor na tabela 6.

TABELA 6 - DESPESAS CONSIDERADAS ELEGÍVEIS NO PERÍODO DE 1.º DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 PROJETO MULTISSETORIAL - SWAP PARANÁ - BANCO MUNDIAL
 EXECUÇÃO FINANCEIRA 01/07/2016 A 31/12/2016

N.º	PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS	EXECUTOR	PPA	VALOR PAGO (US\$)	FINANCIÁVEL (US\$)
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável					
		SEAB	3028	7.355.498,82	7.355.498,82
PGE1	Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL	EMATER	3033	864.797,76	592.509,65
		SEMA/ITCG	3034	145.284,87	143.216,08
		SEAB	3027	879.553,32	879.553,32
PGE2	Gestão de Solos e Água em Microbacias	EMATER	3029	339.689,03	174.710,06
		AGUASPARANÁ	3037	0,00	0,00
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
		SEMA	3045	0,00	0,00
PGE3	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	IAP	3035	1.400.789,32	1.400.789,32
		AGUASPARANÁ	3046	0,00	0,00
		IAP	3044	0,00	0,00
		SEMA	3043	975.450,90	975.450,90
PGE4	Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	AGUASPARANÁ	3036	470.183,38	255.748,33
		DEFESA CIVIL	3008	39.794,57	39.794,57
Setor 3 - Educação					
PGE5	Sistema de Avaliação da Aprendizagem	SEED	3018	0,00	0,00
PGE6	Formação em Ação	SEED	3017	1.524.295,32	622.912,63
PGE7	Renova Escola	SEED	4094	3.708.689,07	2.833.717,52
Setor 4 - Saúde					
PGE8	Rede de Urgência e Emergência	SESA	4161	50.535.020,50	21.917.705,10
PGE9	Rede Mãe Paranaense	SESA	4162	18.021.106,71	14.419.403,85
TOTAL ⁽¹⁾				86.260.153,57	51.611.010,15

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF); Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos (SIGMA)

(1) Total de valores pagos correspondente ao período 01/07/2016 a 31/12/2016.

O valor máximo para o sétimo desembolso (considerando o segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo assinado em 26 de maio de 2017) é de US\$ 25,57 milhões, o qual tem como requisitos, de acordo com a Carta de Desembolso: a) apresentação de despesas financiáveis de igual valor; e b) cumprimento de oito Indicadores de Desembolso.

Para este desembolso, o montante será calculado de acordo com a seguinte fórmula: x/y multiplicado pelo montante de despesas financiáveis, no qual “x” é o número de DLIs atingidos e “y” é o número total de DLIs com metas previstas no período.

Dentro desse contexto, o montante considerado como valor financiável pago, no período, foi de US\$ 51,61 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor no tabela 6.

Para o período de referência do sétimo desembolso, verifica-se: a) Regra de Execução Financeira - o indicador financeiro Planejado Orçamentário de 2016 *versus* Executado foi superior à meta de 70%; b) Indicadores Físicos - dos 8 indicadores analisados 3 não atingiram as metas preconizadas, o que resultou em um coeficiente de ID de 0,625 (quadro 13). No entanto, até a data da elaboração do pedido de desembolso, estes indicadores poderão ser atingidos e o coeficiente de ID poderá ser alterado.

QUADRO 13 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

continua

Apuração dos Indicadores de Desembolso

Data	09/06/2017
Projeto Nº	126343
Empréstimo Nº	8201-BR
Categoria Nº	1
DESEMBOLSO Nº	7

Indicadores aferidos até a data de 31 de dezembro de 2016

Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 7			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios/Observações
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
1	Número de Propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo)	Número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores aprovadas em seleção pública e com convênios assinados para o repasse de recursos	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEAB	Total de 17 associações habilitadas, 10 com Termo de Fomento formalizado e publicado no Diário Oficial do Estado
2	Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)	Números de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade	Unidade	190	198	8	SEAB	Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia
Total de ID do Setor 1 analisados no período						1		
Total de ID atendidos pelo Setor 1						1		

QUADRO 13 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

continua

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 7			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios/Observações
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
3	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Unidade	1	0	-1	SEMA	Contrato assinado em julho de 2017
4	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	NA	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEMA e CEPDEC	A minuta do plano estadual de gestão de riscos e desastres está sendo debatida no âmbito do CEPRODEC
Total de ID do Setor 2 analisados no período						1		
Total de ID atendidos pelo Setor 2						1		

Setor 3 - Educação

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 7			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios/Observações
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
5	Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno operando	NA	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEED	Expectativa de realização da quarta avaliação no primeiro semestre de 2017
6	Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo)	Número médio de professores que participaram nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestres do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano	Percentual	85	91,65	7	SEED	Relatório do Formação em Ação, contendo o número de oficinas e o total de participantes por Núcleo Regional de Educação e informações relativas ao tema, conteúdo e carga horária das oficinas do 1º e 2º semestres de 2016
7	Escolas estaduais reformadas e/ ou ampliadas (cumulativo)	NA	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEED	Até 31/12/2016, 337 escolas reformadas e/ou ampliadas reconhecidas como financiáveis para o projeto
Total de ID do Setor 3 analisados no período						1		
Total de ID atendidos pelo Setor 3						1		

QUADRO 13 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

conclusão

Setor 4 - Saúde

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 7			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios/Observações
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
8	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) a um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo)	Número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS a um hospital, dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto ⁽¹⁾	Percentual	80,00	108,6	28,6	SESA	Relatórios elaborados a partir de dados originados no Sistema de Informações Hospitalares, contendo a lista das Autorizações de Internações Hospitalares (AIHS) para a realização de partos emitidas pelos hospitais de referência para a Rede Mãe Paranaense
9	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 7 consultas de pré-natal	Nº de gestantes que participaram de mais de 7 consultas de pré-natal dividido pelo número de bebês nascidos vivos	Percentual	80,00	83,0	3	SESA	Relatórios gerados a partir de informações do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Total de ID do Setor 4 analisados no período						2		
Total de ID atendidos						2		

(1) O percentual foi calculado levando-se em consideração os resultados obtidos no ano de 2016.

Setor 5 - Gestão do Setor Público

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 7			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios/Observações
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
10	Melhorar as competências essenciais dos servidores civis	NA	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEAP	Contrato em execução
11	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	Relatório de avaliação sobre a capacidade da função do controle interno	Texto	1	1	1	CC	Contrato assinado em 30 de junho de 2017. Relatório de avaliação em fase inicial de elaboração
12	Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidência	Relatório de progresso da avaliação de impacto	Texto	1	1	Não se aplica	IPARDES	Relatório de progresso da avaliação de impacto concluído
13	Melhoria do Sistema de gestão fiscal do Estado (Mutuário)	Software instalado e configurado e plano de execução do projeto entregue	Texto	1	0	-1	SEFA	Em fase de licitação
Total de ID do Setor 5 analisados no período						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 5						1		
Aferição do Desembolso 7								
N.º de ID atendidos (Numerador)						6		
N.º total de ID analisados (Denominador)						8		
Coeficiente de ID						0,750		

De acordo com a análise do Banco com a UGP, na Missão de 24 a 28 de abril de 2017, dos 8 indicadores analisados, 6 deles não alcançaram as metas, com base nas seguintes considerações:

Setor 2 - Indicador 3 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres - Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. A meta estabelecida para o período para o indicador foi Contrato assinado e Mapeamento dos processos iniciados. O processo de seleção da consultoria encontra-se na fase de não objeção do relatório de avaliação técnica das propostas. Meta não foi atingida.

Setor 5 - Indicador 11 - Fortalecimento do Sistema de Controle Interno. A meta estabelecida para o período para o indicador foi Relatório de avaliação sobre a capacidade da função do controle interno. Em função do atraso na contratação dos trabalhos de Fortalecimento do Controle Interno, a meta estabelecida não foi atingida.

Setor 5 - Indicador 13 - Melhoria do Sistema de Gestão Fiscal do Estado (do Mutuário). A meta estabelecida para o período para o indicador foi Software instalado e configurado, e plano de execução do projeto entregue. Software em fase de licitação. Meta não foi atingida. O resultado do processo desta aquisição encontra-se no Banco Mundial para não objeção.

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ

Durante o segundo semestre de 2016 intensificou-se o processo de elaboração, análise e desenvolvimento de 18 Termos de Referência e/ou aquisições com estimativa global de investimento de R\$ 89,86 milhões. Três destes processos já foram contratados: Aquisição de equipamentos de informática (SEPL, SEAP, IPARDES, CGE e SEMA), no valor de R\$ 3.385.259,00, Serviço de Atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná, no valor de R\$ 14,5 milhões, e Seleção de Consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância, no valor de R\$ 4,9 milhões. Dos contratos já assinados, foram pagos até o final de 2016 R\$ 4.385.783,22 (quadro 14).

BALANÇO GERAL - COMPONENTES 1 E 2 (CINCO SETORES)

A título de conclusão, pode-se afirmar que o projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, até o momento, apesar dos problemas vivenciados, apresentou avanços significativos, como demonstrado neste relatório. Para a obtenção desses resultados, foram aplicados até o momento recursos financeiros da ordem de R\$ 1,666 bilhão de um total de R\$ 2,185 bilhões previstos para os seis anos de duração do Projeto (2014 a 2019), que representa 76,26% do total de investimentos programados (quadro 14).

Despesas Realizadas No Período De 12/12/2012 A 31/12/2016					
COMPONENTE 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano					
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após revisão meio termo)	Executado/Previsto (%)	Part. do Total Executado (%)
Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL	3028	24.588.510,19	156.420.477,00	0,16	1,48
	3033	11.358.091,94	22.737.128,00	0,50	0,68
	3034	4.154.696,40	14.396.735,00	0,29	0,25
Gestão de Solos e Água em Microbacias	3027	9.847.695,27	46.415.898,00	0,21	0,59
	3029	5.407.553,37	12.986.516,00	0,42	0,32
	3037	34.963.589,79	62.417.567,00	0,56	2,10
Total de Despesas Elegíveis do Setor (1)		90.320.136,96	315.374.321,00	0,29	5,42
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após revisão meio termo)	Executado/Previsto (%)	Part. do Total Executado (%)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	3045	6.995,00	7.591.897,00	0,09	0,00
	3035	10.825.839,16	28.500.000,00	37,99	0,65
	3046	1.367.726,67	3.987.972,00	34,30	0,08
Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	3044	-	50.000,00	0,00	0,00
	3043	11.001.497,64	40.126.402,00	27,42	0,66
	3036	1.812.537,38	1.804.500,00	100,45	0,11
	3008	129.462,77	23.202.977,00	0,56	0,01
Total de Despesas Elegíveis do Setor (2)		25.144.058,62	105.263.748,00	23,89	1,51
Setor 3 - Educação					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após revisão meio termo)	Executado/Previsto (%)	Part. do Total Executado (%)
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	3018	9.738.048,44	25.325.600,00	38,45	0,58
Formação em Ação	3017	49.656.592,23	119.860.013,00	41,43	2,98
Renova Escola	4094	155.527.651,30	322.045.310,00	48,29	9,33
Total de Despesas Elegíveis do Setor (3)		214.922.291,97	467.230.923,00	46,00	12,90

Setor 4 - Saúde					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após revisão meio termo)	Executado/Previsto (%)	Part. do Total Executado (%)
Rede de Urgência e Emergência	4161	789.972.004,41	909.326.420,00	86,87	47,40
Rede Mãe Paranaense	4162	546.143.561,61	388.058.055,00	140,74	32,77
Total de Despesas Elegíveis do Setor (4)		1.336.115.566,02	1.297.384.475,00	102,99	80,17
TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 a 31/12/2016)		1.666.502.053,57	2.185.253.467,00	76,26	100,00

COMPONENTE 2 - ??????????????????????

Setor 5 - Gestão do Setor Público		
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)
Assistência Técnica para a Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz	3039	4.385.783,22
TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 a 31/12/2016)		4.385.783,22

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

Destaque-se que as despesas elegíveis realizadas pelo setor Saúde correspondem, até o momento, a 80,17% do total aplicado pelo Projeto, seguido pelo setor Educação (12,90%), setor Desenvolvimento Rural Sustentável (5,42%) e, por fim, setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres (1,51%).

Com a Revisão de Meio Termo do Projeto, ocorrida no ano de 2016, e conseqüentemente do Acordo de Empréstimo, o número de desembolsos passou de 7 para 9, de acordo com período e valores explicitados no quadro 15.

QUADRO 15 - NÚMERO, PERÍODO DE REFERÊNCIA, VALOR PREVISTO POR DESEMBOLSO E VALORES A SEREM DESEMBOLSADOS ATÉ O FINAL DO PROJETO

DESEMBOLSO N.º	PERÍODO DE REFERÊNCIA 12/12/2012 A 31/12/2017	VALOR PREVISTO DE DESEMBOLSO (US\$ 1.00)	VALOR DESEMBOLSADO (US\$ 1.00)
1	Retroativo	50.000.000	50.000.000
2	1.º semestre civil de 2014 após a data da assinatura	44.125.000	44.125.000
3	Julho a dezembro de 2014	37.019.231	37.019.231
4	Janeiro a junho de 2015	58.500.000	34.459.219
5	Julho a dezembro de 2015	25.384.615	28.478.126
6	Janeiro a junho de 2016	19.179.901	⁽¹⁾ 36.930.522
7	Julho a dezembro de 2016	25.573.201	
8	Janeiro a junho de 2017	28.769.851	
9	Julho a dezembro de 2017	25.573.201	
TOTAL		314.125.000	231.012.098

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

(1) O valor de US\$ 36.930.522 é composto por um desembolso parcial referente a despesas retroativas no valor de US\$ 20.947.271, e o valor de US\$ 15.983.251 referente ao período de janeiro a junho de 2016.

APÊNDICE 1 - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

Durante a etapa de supervisão das Salvaguardas Ambientais no âmbito da UGP/SEPL, foi realizado o acompanhamento da implementação das recomendações contidas nos documentos Marco de Gestão Ambiental e Manuais Operativos, para subsidiar a elaboração deste relatório. A supervisão das atividades baseia-se no cumprimento das seguintes Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial:

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitats Naturais
- OP 4.09 - Manejo de Pragas
- OP 4.11 - Recursos Culturais Físicos
- OP 4.36 - Florestas

A avaliação ambiental (OP 4.01) leva em conta o ambiente natural (ar, água e solo), aspectos do meio ambiente global abordando os aspectos naturais e sociais de uma forma integrada. Também leva em conta a variabilidade nas condições do Projeto; as conclusões de outros estudos ambientais no Estado; planos de ação nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas do Estado (legislação nacional, estadual e municipal); e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais. A avaliação ambiental é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise dependem da natureza, escala e impacto ambiental potencial do Projeto, de modo a assegurar que ele seja ambientalmente sólido e sustentável.

Os *habitats* naturais (OP 4.04) são áreas de terra ou de água cujas funções ecológicas primárias não sofreram alterações causadas pelo homem. Nestas áreas formam-se comunidades biológicas constituídas principalmente por espécies de plantas e animais nativos. Todos os habitats naturais têm importante valor biológico, social, econômico e existencial. Medidas apropriadas de conservação e mitigação eliminam ou reduzem o impacto adverso sobre os habitats naturais, mantendo tais impactos dentro de limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável. Medidas específicas dependem das características ecológicas da área e podem incluir proteção plena por meio da reformulação das atividades previstas; reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; restauração de habitats degradados; e estabelecimento e manutenção de uma área ecologicamente semelhante de tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas devem incluir supervisão e avaliação, para proporcionar informações sobre os resultados da conservação e orientação para o desenvolvimento ou refinamento das medidas corretivas apropriadas.

Ao prestar assistência ao Projeto no controle de pragas e parasitas (OP 4.09) que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promova o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais e reduza a dependência de pesticidas químicos sintéticos.

Para isso, apreciam-se as legislações estadual e federal existentes e as capacidades institucionais, com o objetivo de promover e apoiar uma estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle.

Os recursos culturais físicos (OP 4.11) são importantes como fontes de valiosas informações científicas e históricas, definidos como objetos, sítios, estruturas, bem como aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis, que tenham importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Os recursos culturais físicos podem estar localizados em ambientes urbanos ou rurais e estar acima ou abaixo do solo ou, ainda, embaixo d'água. Seu interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional, ou da comunidade internacional. O Banco Mundial ajuda os países a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos dos projetos de desenvolvimento. Os impactos sobre os recursos culturais físicos resultantes de atividades do Projeto, inclusive medidas atenuantes, não podem opor-se à legislação nacional e estadual, tampouco às suas obrigações, previstas em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

O objetivo da OP 4.36 é aproveitar o potencial das florestas, integrar as florestas de forma eficaz para o desenvolvimento econômico sustentável e proteger os serviços ambientais locais e globais vitais e valores de florestas.

Em uma segunda etapa é realizada uma análise ambiental de cada uma das atividades para determinar o grau e o tipo apropriado de avaliação ambiental. O Banco classifica as atividades do Projeto, dentro de uma das três categorias A, B ou C dependendo do tipo, localização, sensibilidade, escala, natureza e magnitude dos potenciais impactos ambientais das atividades propostas.

Um projeto proposto é classificado na Categoria "A" se for provável que resulte em impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível. Estes impactos podem afetar uma área mais extensa do que os locais ou instalações onde ocorrem as atividades do Projeto. A avaliação ambiental para um projeto de Categoria "A" examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Um Projeto proposto é classificado na Categoria "B" quando os seus potenciais impactos ambientais adversos são específicos ao local do projeto, poucos ou nenhum deles são irreversíveis, e na maioria dos casos a identificação de medidas mitigadoras é mais rápida. A avaliação ambiental neste caso também examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda quaisquer medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos.

Um projeto proposto é classificado de Categoria "C" se a possibilidade de impactos ambientais adversos for mínima ou não existente. Além da análise ambiental preliminar, não se exige nenhuma ação de avaliação ambiental adicional.

PRINCIPAIS AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS NO SEMESTRE

- **SEMA:** Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa “Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres” e do “Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, em que participaram das reuniões representantes da SEMA, Defesa Civil, AGUASPARANÁ, IAP e CELEPAR para tratar de assuntos referentes à reformulação dos indicadores do Programa.
- **SESA:** a) realização de reuniões técnicas com os executores do Programa Mãe Paranaense, para tratar de assuntos referentes às obras de construção, reforma e ampliação das UBS do Programa; b) foram discutidas as readequações que deverão ser feitas no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo da SESA, de acordo com as novas atribuições e elementos técnicos das ações que ficam sob responsabilidade da PRED; c) foram analisados todos os contratos das obras com o intuito de verificar as atuais situações de cada uma e se as mesmas estão em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais do Banco Mundial; a partir daí foi criado um controle gerencial de todos os documentos das obras dentro da UPG na SEPL.
- **SEED:** Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa Renova Escola, para tratar de assuntos referentes à gestão das obras das escolas da rede estadual. Durante a reunião, foram abordadas quatro pautas importantes: a) referente à parceria da SEED/SUDE com a PRED, que será a entidade responsável pelo monitoramento e fiscalização das obras de ampliação e reparos em execução e a serem executadas; b) foi apresentada a nova forma de execução das obras por meio da implantação do Sistema de Obras Online, que inclui o relatório de vistoria das obras contido no Marco de Gestão Ambiental Vol. II, a ser preenchido pelos engenheiros da PRED diretamente no sistema; c) foi apresentado o Sistema de Georreferenciamento das escolas, que consiste em encaminhar os alunos da rede pública à escola estadual mais próxima da sua residência, esse mapeamento é realizado por meio da COPEL. Com o sistema é possível definir critérios de planejamento e priorização de obras; d) foram discutidas as readequações que deverão ser feitas no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo da SEED, de acordo com as novas atribuições da SEED/SUDE e os elementos técnicos das ações que ficam sob responsabilidade da PRED.

Seguem os quadros 1 a 4 de monitoramento dos indicadores que acionam as Políticas de Salvaguardas Ambientais do BIRD. O acompanhamento das salvaguardas ambientais referente ao 1º semestre de 2016 foi realizado com informações obtidas por intermédio dos responsáveis pelos programas do Projeto Multissetorial por Secretaria. Nos referidos quadros é possível observar informações específicas sobre Licenciamento Ambiental (IAP/AGUASPRANÁ), documentações ambientais necessárias e seus respectivos impactos ambientais significativos.

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre				
SEAB	PRÓ-RURAL	7 consórcios intermunicipais apoiados por meio da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas (IPML)	Não se aplica	8 em processo de formalização dos convênios	A Secretaria de Agricultura lançou em 19/05/2016 um edital para seleção dos consórcios intermunicipais que receberão as patrulhas rodoviárias adquiridas pelo processo licitatório LPI n.º 001/2014. Em 01/07/2016 foi publicado o resultado final do processo de seleção com 8 consórcios intermunicipais considerados aptos a receber os equipamentos. Atualmente, o processo de formalização dos convênios encontra-se em fase de revisão da minuta de cessão dos equipamentos. Prevê-se que o apoio financeiro previsto no Edital será realizado no ano de 2017 em virtude das eleições municipais.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.
		7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados (IPML)	Não se aplica	0	O início desta ação está previsto para 2017.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	
		150 propostas de negócios financiadas (IPML)		0	18 convênios em processo de formalização	Com relação às 18 associações com convênios em fase de formalização (situação até 30/06/2016): - 5 associações ainda não encaminharam os documentos necessários para a formalização (Plano de Trabalho atualizado e certidões); - 3 associações encaminharam a documentação mais ainda possuem pequenas pendências; - 10 associações estão com o processo no setor de convênios da SEAB (NUCONV/SEAB).	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

conclusão

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre				
SEAB	PRÓ-RURAL	75 projetos-piloto e iniciativas inovadoras propostas	0	0	Esta ação ainda não foi iniciada. Em 2015 houve restrições orçamentárias. Para 2016 e 2017 esta ação será objeto de reestruturação na revisão de meio termo do Programa.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	Foi elaborada uma proposta para a implementação da atividade, em conjunto com a Câmara de ATER do CEDRAF. A UTP realizou em jul/2016 seminários territoriais para levantamento das demandas ligadas à inovação. Esses seminários tiveram como objetivo a priorização das cadeias produtivas a serem apoiadas em cada território. Até nov/2016 os territórios elaboraram a matriz de identificação das atividades de inovação a serem apoiadas em cada cadeia prioritária. Os apoios previstos nesta ação serão implementados em 2017.
SEAB	Microbacias	250 planos de ação de microbacias validados pela comunidade (IPML)	150	5	Previstos 150 Planos de Ação até fevereiro de 2016	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)		Acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos.
		350 sistemas de abastecimento de água (IPML)	116	12	107 concluídos, 58 faltando canalização para as casas, 10 em processo de licitação, 10 poços secos (Total = 185)	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)		Para perfuração do poço é exigido registro junto ao AGUASPARANÁ, visando à obtenção da respectiva anuência prévia (licença) e posterior outorga de direito de uso da água. Para a construção do poço tubular deverão ser seguidas as normas técnicas da ABNT e estar devidamente registrada no CREA.

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEMA	MOD ⁽¹⁾	1 Sistema de Informações Integrado (IPML)	Implantado integralmente o módulo de Licenciamento Industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o Módulo de Monitoramento Ambiental, oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>on-line</i> da DEA, correspondendo a 20% do Sistema Integrado de Informações.	Módulos de Indústria, Suinocultura, Avicultura, Comércio e Serviços, Imobiliário e Autorização de Resíduos Sólidos, implantados.	---	(OP 4.01)	DLAE
		Implementação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos - SIGARH (ID)ABA 1	Processo de seleção SBQC em fase de recebimento de propostas.	Não se aplica	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		Software do SIGARH implantado	Realizado pregão eletrônico n.º 05/2016 (protocolo 13.844.389-2). Aguardando homologação	Não se aplica	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) implantado	Elaboração do TdR, estimativa de custos e encaminhamento para não objeção	Publicação da SMI; aprovação do COSIT; seleção da lista curta; elaboração da SDP; aprovação da SDP e do Relatório da lista curta.	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
SEMA	MOD	22 Municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização (IPML)	16	0	27 municípios já foram autorizados a licenciar conforme site: http://www.cema.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=135	(OP 4.01)	DLAE
		Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do Licenciamento e da Fiscalização Ambiental (IRI-PD)	27	Não se aplica		(OP 4.01)	DLAE
		1 Sistema de Transmissão recepção e armazenamento de dados operando e 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Não se aplica	1 Estação móvel operando, 2 fixas instaladas e operando (Paranaguá e Maringá) outras 4 aguardando instalação	Pregão Eletrônico n.º 01/2015 - IAP Publicado no DIOE edição n.º 9.590 e Contrato n.º 13/2015	(OP 4.01)	DLAE

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	
			Até 31/12/2015	1.º Semestre				
SEMA	MOD	Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, mapeamento de competências e diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná	500		Termo de Referência elaborado	---		
SEMA	MOD	Melhoria da infraestrutura operacional para monitoramento e fiscalização nos laboratórios do IAP	4 laboratórios equipados, 39 veículos adquiridos (25 Amarok) e 14 barcos	NA		---	(OP 4.01)	
		Melhoria da infraestrutura operacional para as ações de monitoramento do AGUASPARANÁ	Equipamentos; medidores de vazão e 10 veículos (Duster) adquiridos	NA		---	(OP 4.01)	DLAE
		Readequação do <i>layout</i> interno da SEMA	Não se aplica		Pregão eletrônico mobiliário realizado, em fase de declarar vencedor, Edital dos <i>switches</i> será analisado pelo COSIT.	PE 01/2016 - SEMA	(OP 4.01)	DLAE
		Manutenção e conservação da estrutura física da SEMA	Não se aplica		Cobertura do prédio reforma concluída em fevereiro de 2016. Pregões eletrônicos referentes ao subsolo e aos banheiros realizados, contratos assinados, reforma iniciada dia 25/07/2016.	Subsolo - Contrato 04/2016 Sanitários - Contrato 05/2016 Cobertura prédio - Contrato 04/2016		
SEMA	FGRD ⁽²⁾	Institucionalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) para a gestão de riscos e desastres ambientais (IPML)	Conselho criado		Formalização do Conselho realizada.	- Decreto Estadual 9.557, de 6 de dezembro de 2013 - Resolução 020/2014	(OP 4.01)	DLAE
		Estabelecimento da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (ID, IRI-PAD)	Avaliação das Diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil.		A Política Estadual de Proteção e Defesa Civil foi implantada pela Lei 18.519/2015.	- Previsão de conclusão do TdR no segundo semestre de 2016. - A minuta do plano estadual será apresentada na próxima reunião do CEPRODEC em agosto de 2016.	(OP 4.01)	DLAE
		Instrumento Legal que institui a Política Estadual (IPML)					(OP 4.01)	DLAE

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEMA	FGRD ⁽²⁾	Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) (IPML)	Não se aplica	1 Sistema desenvolvido, implantado e operando	Paga ao SIMEPAR, pelos serviços prestados no 1.º trimestre de 2016, a importância de R\$ 135.866,58 por meio da OPN (Ordem de Pagamento Normal) n.º 69.33.0000/6/00441-1 emitida em 22/04/2016.		
		Mapeamento da Cobertura da Terra no PR, ano-base 2012 (IPML)	Não se aplica	Elaboração da lista curta; elaboração da SDP.	Protocolo n.º 13.801.229-8	(OP 4.01)	DLAE
		60 Estações plúvio-flúvio-telemétricas instaladas operando com manutenção pelo AGUASPARANÁ	60 estações adquiridas e instaladas e operando.	Não se aplica	Meta concluída em 2013	(OP 4.01)	DLAE
SEMA	FGRD	Sensor de Raios/Monitoramento de Descargas Atmosféricas (ID-S)	Não se aplica	Não se aplica	Aguardando não objeção do BIRD, para assinatura de contrato, visto que se trata de contratação direta.	(OP 4.01)	DLAE
		Cartografia do Litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P)	Geração da base cartográfica	Empresa entregou o Relatório final e Transferência de tecnologia e realizou treinamento, assim finalizando o contrato.	2.134 km² de área mapeada no Estado do Paraná na escala 1:10.000	(OP 4.01)	DLAE
		Mapeamento de riscos geológicos e hidrológicos da RMC e outras áreas com identificação de riscos (IPML)	4,96%	Resolução designando servidores para compor Grupo de Trabalho, publicada.	Resolução SEMA 18/2016 publicada no DIOE n.º 9.744 PE 05/2016 Protocolo n.º 13.843.795-7	(OP 4.01)	DLAE
		Mapeamento e Delimitação de Áreas Urbanas Inundáveis: RMC, e nas cidades de Morretes e Francisco Beltrão	Não se aplica	Reunião técnica para debater a solução tecnológica a ser adotada.		(OP 4.01)	DLAE
		Inventário Florestal	Pregão eletrônico realizado	Pregão eletrônico realizado.	Aguardando manifestação do BIRD, referente à justificativa de alteração de edital, para declarar o vencedor da licitação.		

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEMA	FGRD	Sala de Monitoramento Meteorológico/SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR)	Não se aplica	Foi realizado pregão eletrônico para aquisição do mobiliário.	PE 04/2016	(OP 4.01)	DLAE
SEMA	FGRD	Sistema Inteligente de Visualização, Armazenamento de Dados Ambientais (IPML)	Pregão eletrônico realizado	Equipamento adquirido por meio de pregão eletrônico realizado em dezembro, contrato assinado, bem entregue e em fase de homologação pela CELEPAR.	PE 01/2015 Contrato nº 03/2015	(OP 4.01)	DLAE
		Adequação de <i>layout</i> interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para atendimento do CEGERD	Não se aplica	A segunda licitação está em andamento, tendo em vista a primeira restar deserta. O processo encontra-se em fase de análise documental pela Paraná Edificações e de análise técnica pela técnica CELEPAR.	Protocolo do Estado nº 13.619.634-0	(OP 4.01)	DLAE
		CEGERD equipado com mobiliário	Não se aplica	Licitação realizada e homologada com contrato assinado. Para a produção do mobiliário há a necessidade da finalização da obra física do CEGERD.	Protocolo do Estado: 13.750.261-5	(OP 4.01)	DLAE
		Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e ativos de rede	Não se aplica	Licitação realizada e homologada e no aguardo de assinatura do contrato. Para a produção da instalação do sistema de telefonia IP há a necessidade da finalização da obra física do CEGERD.	Protocolo do Estado: 13.750.310-7		
		CEGERD Equipado com <i>software</i> e <i>hardware</i>	Não se aplica	Licitação em fase de finalização pelo DEAM. Atualmente em fase de análise de recursos.	Protocolo do Estado: 13.750.297-6.	(OP 4.01)	DLAE
SEMA	FGRD	Fortalecimento dos Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil.	32 veículos Pick up 4x4 destinados ao atendimento de busca e resgate em inundações, alagamentos e enxurradas e busca e resgate em estruturas colapsadas. Os veículos serão equipados para tais atendimentos.	Licitação 1 para aquisição de viaturas. Licitação 2 para aquisição de equipamentos	Licitação 1 - TR elaborado. Edital transitou pelo DEAM. Encontra-se na SEFA para autorização do secretário tendo em vista o valor do objeto. Protocolo do Estado: 14.027.853-0. Licitação 2 - para aquisição de equipamentos está no DEAM aguardando atualização do orçamento de um item específico.	(OP 4.01)	DLAE

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEMA	FGRD	Qualificação e capacitação de Agentes da Defesa Civil (IPML)	Não se aplica	<p>LOTE 1 - Serviços de TI: Customização do Moodle CEPED/PR, desenvolvimento do portal de REDESASTRE e desenvolvimento de Simuladores de Desastres. TR não concluído. Aguardando manifestação da CELEPAR. Processo encaminhado em 14/04/2016.</p> <p>LOTE 2 - Aquisição de equipamentos de TI: 2 Servidores e montagem de estúdio para EAD. TR não concluído. O TR de TI aguarda manifestação da CELEPAR e o de EAD está sendo orientado pelo Instituto Pró Cidadania de Curitiba (IPCC). Processo encaminhado em 14/04/2016.</p> <p>LOTE 3 - Editoração de materiais didáticos. TR finalizado. Aguardando mais um orçamento.</p> <p>Considerou-se a publicação do Edital de Licitação em 31/07/2016 + processamento de licitação (2m) + execução (12m) = 30/09/2017.</p>	---	(OP 4.01)	DLAE
		Sistema Local de alerta precoce para a comunidade de floresta.	Não se aplica	Minuta do Termo de Referência em análise na UGP/SEPL.		(OP 4.01)	DLAE
SEMA	FGRD	Sistema de Radares Banda X em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados e operando.	Não se aplica	SIMEPAR está finalizando Termo de Referência, para posterior envio ao BIRD para revisão prévia.	Termo de Cooperação Técnico-científica nº 01/2015 entre SEMA/CASA MILITAR/SIMEPAR	(OP 4.01)	DLAE

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)

(1) Modernização do Licenciamento Ambiental.

(2) Fortalecimento da Gestão de Risco e Desastres.

QUADRO 3 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SESA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SESA	MÃE PARANAENSE	180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas (IPML)	105	53	Todos os documentos comprobatórios encontram-se localizados no SAS/SESA e na SEPL.	(OP 4.01)	Licenças Ambientais IAP

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)

QUADRO 4 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEED

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEED	RENOVA ESCOLA	Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas (IPML, ID e IRI-PAD)	310	18 obras de reparos descentralizadas	Relação das escolas atendidas com reparo com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional, o município, o estabelecimento de ensino, o número de protocolo, o tipo de atendimento, o número de contrato, valor orçado e valor contratado, o <i>status</i> da obra, a modalidade de ensino ofertada, o número de alunos matriculados e os critérios de priorização.	(OP 4.01)	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento; ninguém está obrigado a requerer DLAE, e, por conseguinte, ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.
		Equipamentos e mobiliários adquiridos (IPML)	805	98	Número total acumulado: 900. Em 2016 foram cessadas as atividades de três escolas estaduais.	(OP 4.01)	

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)

CONCLUSÕES

- SEAB - Por meio do Monitoramento dos Indicadores Físicos e das informações obtidas junto aos responsáveis pelos Programas, foi concluído que: todos os indicadores (obras/atividades) dos dois Programas da SEAB atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental. As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, sendo classificadas dentro das Categorias B e/ou C, não necessitando, assim, de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.
- SEMA - Todos os indicadores (obras/atividades) dos Programas “Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres” e “Modernização do Licenciamento Ambiental” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelo programa foram consideradas de baixo impacto ambiental e classificadas dentro da Categoria C. Os programas devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente, desde que procurem promover a obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. A SEMA apoiará os esforços dos Manuais Operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas, sendo assim, não requerem supervisão ou apoio especial.
- SESA - Todos os indicadores (obras e atividades) dos programas “Rede de Urgência e Emergência” e “Mãe Paranaense” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (Categorias B e/ou C) e em sua maioria apresentam impactos ambientais positivos ao Projeto, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas, construção e ampliação.
- SEED - Todos os indicadores (obras e atividades) do programa “Renova Escola” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (Categorias B e/ou C), necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.

APÊNDICE 2 - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS SOCIAIS

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial: Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

No quadro 1 estão apresentados os programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas políticas de salvaguardas sociais acionadas.

QUADRO 1 - PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS

PROGRAMA	EXECUTOR	SALVAGUARDA
Desenvolvimento Econômico e Territorial PRÓ-RURAL	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Formação em Ação	SEED	Povos Indígenas (OP 4.10).
Renova Escola	SEED	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Rede Mãe Paranaense	SESA	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

FORNE: SEPL/UGP, 2014

Com o objetivo de orientar a implementação dessas políticas foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no Portal da SEPL www.sepl.pr.gov.br no *link* do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando a Revisão de Meio Termo do Projeto, o Banco recomendou a atualização dos documentos. Versões atualizadas da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário foram encaminhadas ao agente financiador do Projeto para análise no segundo semestre de 2016.

Tendo em vista garantir o arranjo institucional para a implementação das diretrizes previstas nos referidos documentos foi destacada no âmbito da Unidade de Gerenciamento do Projeto uma responsável pelas Salvaguardas Sociais, assim como as Secretarias Executoras (SEAB, SEED e SESA) indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas nos Programas que acionaram as salvaguardas. Ainda, no âmbito do Comitê

Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, foi criada por meio da Resolução n.º 009/2014 uma Câmara Técnica composta por representantes da SEPL, das Secretarias Executoras das ações, das populações indígenas e das instituições parceiras.

As principais atividades realizadas são apresentadas a seguir, organizadas em dois tópicos, sendo um relativo à Estratégia de Participação dos Povos Indígenas, e outro referente ao Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário.

ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

Para orientar a execução e facilitar o acompanhamento do progresso da implementação das políticas de salvaguarda relativas aos povos indígenas foram elaborados Planos Operativos Plurianuais (POP) para cada um dos Programas para o período 2015-2017, estabelecendo objetivos, atividades e metas mais específicas para as diretrizes e ações gerais previstas na EPPI.

Os POPs dos Programas envolvidos na execução da EPPI foram atualizados após a Revisão de Meio Termo do Projeto, tendo sido incorporadas metas para 2018.

Estes planos serviram de referência para o acompanhamento das atividades realizadas no primeiro semestre de 2016, conforme apresentado nos quadros 2 a 7.

A seguir são apresentadas com mais detalhes as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação da EPPI de cada um dos Programas, assim como informados alguns elementos de contexto que interferem positiva ou negativamente na implementação das atividades.

PRÓ-RURAL

No primeiro semestre de 2016 não foi realizado nenhum dos cursos previstos, entretanto no segundo semestre foi realizado um. Esse evento aconteceu na Terra Indígena Marrecas no período de 20 a 22 de setembro de 2016 por técnicos da Unidade Estadual do EMATER, tendo sido capacitados, além dos 23 indígenas, também 3 professores da Escola Indígena e 2 técnicos.

Até dezembro de 2016, a Associação Comunitária Indígena Inácio Martins (ACIMAR), da Terra Indígena Rio D'Areia selecionada pela SEAB no processo de chamamento público contido no Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014, já havia encaminhado toda a documentação necessária para a assinatura do convênio que formaliza o repasse dos recursos que possibilitam a implementação do Centro Cultural Indígena Guarani. Há a perspectiva de que os trabalhos se iniciem no primeiro semestre de 2017.

As ações do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Mauá, que tinham previsão de encerramento em julho de 2017, foram prorrogadas, sendo mantida a parceria entre o Instituto EMATER e a equipe técnica custeada pelo referido Componente Indígena. Assim, há a perspectiva de realização em 2017 dos cursos previstos para 2016 nas oito terras indígenas assistidas por esta equipe.

Foi concluída no segundo semestre de 2016 a contratação dos técnicos da primeira chamada do concurso público do EMATER. Entretanto, a contratação ficou aquém do previsto não sendo possível a disponibilização de técnicos para atuar nas terras indígenas. A UTP estuda alternativas como a realização de uma chamada pública voltada às instituições não governamentais e a contratação de consultores individuais para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) indígena.

No quadro 2 estão apresentadas as ações e atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do PRÓ-RURAL para a implementação da Estratégia de Participação indígena.

QUADRO 2 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRORURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

continua

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
AÇÃO: Capacitação das populações indígenas e suas organizações	Número de indígenas capacitados	3 cursos, 92 indígenas capacitados	20 cursos para as 14 TIs (560 indígenas capacitados)	0	1 curso realizado (23 indígenas capacitados)	4 cursos realizados (115 indígenas capacitados)	SEAB/EMATER
Cursos de capacitação em educação ambiental e manejo dos recursos naturais (Ex. Uso e manejo da agrobiodiversidade florestal, Coleta e manejo de sementes arbóreas, Agrofloresta, Proteção de fontes de água, entre outros).	Números de cursos realizados e indígenas capacitados	0	O número de cursos para cada temática será definido no Plano Operativo Anual Indígena (até março/2016)	0	1 curso realizado (23 indígenas capacitados)	3 cursos realizados (83 indígenas capacitados)	UTP/SEAB/EMATER em 23/02/2017
Cursos de capacitação em desenvolvimento tecnológico e gestão (Ex. Artesanato, Empreendimentos solidários, Comercialização, entre outros)	Números de cursos realizados e indígenas capacitados	2 cursos realizados (60 indígenas capacitados)		0	0	0	UTP/SEAB/EMATER em 23/02/2017
Cursos de capacitação em atividades produtivas diversas (café, suínos, peixes, bovino de leite, aves, produção orgânica, hortas e pomares caseiros, plantas aromáticas e medicinais, entre outros)	Números de cursos realizados e indígenas capacitados	1 curso realizado, (32 indígenas capacitados)		0	0	1 curso realizado (32 indígenas capacitados)	UTP/SEAB/EMATER em 23/02/2017
Curso de capacitação em desenvolvimento humano e social	Números de cursos realizados e indígenas capacitados	0		0	0	0	UTP/SEAB/EMATER em 23/02/2017
AÇÃO: Contribuir para a implementação de projetos produtivos sustentáveis das aldeias indígenas	Terras ou Aldeias apoiadas	1		1	1	0	1
Apoio de projetos produtivos das Terras Indígenas	Número de projetos	1	Os projetos potenciais serão identificados no POA Indígena (até março/2016). Os projetos serão trabalhados visando ao Edital 2016.	1	0	1	UTP/SEAB em 23/03/2017
AÇÃO: Ampliar o número de técnicos trabalhando na assistência técnica e extensão rural junto às populações indígenas	Número de técnicos atuando pelo menos 50% do tempo nas TIs	0	3	0	0	0	SEAB/EMATER em 23/03/2017
Ampliar o número de técnicos da EMATER prestando serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	0	0	0	0	0	UTP/SEAB/EMATER em 23/03/2017

QUADRO 2 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRORURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

conclusão

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
AÇÃO: Capacitação de técnicos prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural às populações indígenas e suas organizações	Número de técnicos capacitados	0	15	0	0	0	EMATER em 23/03/2017
Desenvolvimento e realização de módulo específico no "Pré-serviço" para os técnicos recém-contratados em concurso público	Número de técnicos capacitados	0	Esta atividade ocorrerá após nomeação dos técnicos aprovados no concurso público	0	0	0	UTP/SEAB/ EMATER em 23/03/2017
Cursos de formação para ATER indígena	Número de técnicos capacitados	0		0	0	0	
Excursões técnicas a terras indígenas e/ou experiências com populações indígenas	Número de técnicos capacitados	0		0	0	0	
AÇÃO: Elaborar Planos de Desenvolvimento Sustentável nas 14 Terras Indígenas	Número de Planos Elaborados	0	0	0	0	0	SEAB/ EMATER em 23/03/2017
Realização de oficinas para diagnóstico socioambiental nas aldeias e/ou terras indígenas	Numero de oficinas realizadas	0	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (setembro/outubro)	0	0	0	UTP/SEAB/ EMATER em 23/03/2017
Realização de oficinas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das terras indígenas	Numero de oficinas realizadas	0	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (outubro/novembro)	0	0	0	UTP/SEAB/ EMATER em 23/03/2017

FONTE: Unidade Técnica do Programa/SEAB

FORMAÇÃO EM AÇÃO

Em 2016, atuaram nas escolas indígenas paranaenses 789 professores, sendo 252 de etnias indígenas. Neste contexto, foram realizadas as oficinas no âmbito da implementação do Programa Formação em Ação, tendo sido capacitados 739 professores no primeiro semestre e 716 no segundo semestre (quadro 3).

No quadro 3 são apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Formação em Ação para a implantação da EPPI. No quadro 4 constam as ações e atividades complementares ao Programa Formação em Ação.

QUADRO 3 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO			PREVISÃO ANUAL			REALIZADO									RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015			2016			De 01/01/2016 a 30/06/2016			De 01/07/2016 a 31/12/2016			Acumulado até 31/12/2016			
		NT ⁽¹⁾	NC ⁽²⁾	% ⁽³⁾	NT ⁽¹⁾	NC ⁽²⁾	% ⁽³⁾	NT ⁽¹⁾	NC ⁽²⁾	% ⁽³⁾	NT ⁽¹⁾	NC ⁽²⁾	% ⁽³⁾	NT ⁽¹⁾	NC ⁽²⁾	% ⁽³⁾	
Ação: Realizar oficinas de atualização dos conhecimentos e práticas para professores e técnicos da educação escolar indígena																	
Capacitação de professores indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências	Professores indígenas capacitados	241	241	100,0	252	239	95,0	252	233	92,5	252	228	91,7	252	231	91,5	SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 22/02/2017
Capacitação de professores não indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências	Professores não indígenas capacitados	505	459	90,0	537	510	95,0	537	506	94,2	537	488	92,6	537	497	92,6	SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 22/02/2017
Capacitação do total dos professores que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências	Professores capacitados	746	700	93	789	750	95,0	789	739	93,7	789	716	92,2	789	728	92,2	SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 22/02/2017

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

(1) Número Total de Professores, segundo o Grupo de Recursos Humanos Setoriais da SEED para o período de referência.

(2) Número de Capacitados.

(3) A base de dados para o cálculo será atualizada anualmente, tendo em vista a informação do Grupo de Recursos Humanos Setorial da SEED.

Em 2016 foram realizadas oficinas de capacitação dos saberes indígenas na escola tanto para a formação de professores orientadores (22) quanto para a multiplicação nas escolas (200 participantes). Além da manutenção das equipes multidisciplinares homologadas em 2015, em 2016 foram

homologadas 157 novas escolas, totalizando 2.435 escolas com equipes para garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar (quadro 4). A meta atingida ficou um pouco abaixo da estabelecida de 2.500, pois apesar da obrigatoriedade da homologação das equipes multidisciplinares nem todas as instituições de ensino conseguiram desenvolver as atividades devido à grande demanda de ações de suas responsabilidades.

QUADRO 4 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Ação: Capacitar de forma continuada professores indígenas que atuam na educação escolar Indígena para a elaboração de materiais didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola							
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores da Ação Saberes Indígenas na Escola	Professores orientadores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	1	20	20	2	22	SEED/DEDI/CEEI em 22/02/2017
Realização de oficinas de multiplicação da Ação Saberes Indígenas na Escola	Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	3	200	200	0	200	SEED/DEDI/CEEI em 22/02/2017
Ação: Capacitar de forma continuada por meio de Equipes Multidisciplinares, compostas por professores, diretores, pedagogos, agentes educacionais I e II, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade, que tem como ação primordial intensificar o diálogo, no sentido de garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar							
Formação das equipes multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e conveniados	Equipes multidisciplinares de estabelecimentos de ensino formadas	2.278	2.500	157	0	2.435	SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 22/02/2017
Elaboração de Plano de Ação Anual das equipes multidisciplinares	Planos de Ação elaborados	2.278	2.500	157	0	2.435	SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 22/02/2017
Realização do Seminário na Semana da Consciência Negra	Seminário realizado	2.278	2.500	157	0	2.435	SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 22/02/2017
Elaboração do Memorial Descritivo	Memoriais descritivos elaborados	2.278	2.500	157	0	2.435	SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 22/02/2017

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

RENOVA ESCOLA

No quadro 5 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Renova Escola para a implantação da EPPI.

No segundo semestre de 2016 foi aberto protocolo para a contratação de reparo de até R\$ 150.000,00 para a EEI Cacique Tudja Nhanderu - Santa Amélia. Até 31 de dezembro de 2016, o processo estava em fase de elaboração dos elementos técnicos.

QUADRO 5 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Entre 01/01/2010 e 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Ação: Ampliar e/ou adequar as escolas indígenas							
Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas	Escolas reformadas, ampliadas e/ou adequadas	2	1	0	0	2	SEED/SUDE em 13/03/2017
Ação: Equipar e mobiliar as escolas indígenas							
Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliários para escolas indígenas	Escolas equipadas	36	5	2	5	36	SEED/SUDE em 13/03/2017
Ação: Diagnosticar a estrutura física das escolas indígenas							
Realização de visitas técnicas às escolas indígenas para atualização do diagnóstico da estrutura física já cadastrada pela comunidade escolar no sistema de obras da SEED	Escolas com diagnóstico	36	NA	NA	NA	NA	SEED/SUDE em 13/03/2017

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

No quadro 6 são apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa, realizadas em parceria com instituições do governo federal (FNDE/MEC).

Depois de fracassado o primeiro processo licitatório para a construção da Escola Estadual Indígena Pindoty Ilha da Cotinha, foi aberto novo processo que foi exitoso. Assim, a obra nessa escola encontra-se em fase de finalização.

No segundo semestre de 2016, foi iniciada a elaboração dos elementos técnicos de 12 obras para a construção de quadras esportivas nas escolas indígenas. Tão logo esses elementos sejam finalizados os respectivos processos das obras serão encaminhados para a licitação.

QUADRO 6 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
		N.º	N.º	N.º		N.º	
Ação complementar: ampliar a infraestrutura física para o ensino e práticas culturais em terras indígenas							
Construção de unidades novas em terras indígenas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, através do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Escolas construídas	13	1	0	0	13	SEED/SUDE 13/03/2017
Construção de quadras esportivas ² com a utilização de recursos do FNDE/MEC, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Quadras esportivas construídas	Não se aplica	5	0	0	0	SEED/SUDE 13/03/2017
Ação complementar: assegurar o ensino em terras indígenas não regularizadas							
Manter escolas provisórias nas terras indígenas não regularizadas (meta anual)	Escolas provisórias mantidas	3	3	3	3	3	SEED/SUDE 13/03/2017

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

REDE DE MÃE PARANAENSE

Considerando o histórico de altas taxas de mortalidade materna e infantil da população indígena, a SESA classifica a *priori*, como de risco intermediário qualquer gestação indígena. Para reverter tal realidade considera-se muito importante o trabalho de capacitação das equipes que atuam na atenção primária à saúde nas terras indígenas do Paraná.

Entretanto, a saúde indígena é de competência da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Neste contexto, a SESA por meio do Programa Rede Mãe Paranaense atuou em parceria com a SESAI/MS, possibilitando a capacitação de 83 profissionais em 2016.

A parceria com a SESAI resultou na implantação dos protocolos de estratificação de risco no parto e vinculação aos hospitais de referência para o Programa de 524 gestantes indígenas até dezembro de 2016, e ainda a gestão de 62 casos de gestação de alto risco até esse período.

As taxas de mortalidade materna e infantil nesta população diminuíram de maneira expressiva, após a implantação da Rede Mãe Paranaense, devido à ampliação do cuidado das gestantes no pré-natal, parto e puerpério. Inclusive a mortalidade infantil em 2016 foi zero nas terras indígenas. Também foi verificado o aumento dos partos normais hospitalares, obtendo-se 76%, e ainda o aumento do aleitamento materno até 6 meses após o nascimento, atingindo-se um patamar de 82%.

No quadro 7 são apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Rede Mãe Paranaense para a implantação da EPPI.

QUADRO 7 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	PREVISÃO	REALIZADO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		Até 31/12/2015	2016	De 01/01/2016 a 30/06/2016	De 01/07/2016 a 31/12/2016	Acumulado até 31/12/2016	
		N.º	N.º	N.º			
Ação: Qualificar profissionais de saúde que atuam nos serviços que atendem especificamente a saúde indígena no Paraná por meio das atividades de Educação Permanente							
Capacitar (por meio de atividades de educação permanente) a equipe de enfermagem que atua nas aldeias indígenas para o cuidado com as gestantes e crianças indígenas (meta anual)	Profissionais de saúde que atuam em terras indígenas capacitados	238	50	20	63	20	SESA/SAS
Ação: Acompanhar as gestantes e crianças até 1 ano de vida com o objetivo de reduzir a mortalidade							
Implantar a Gestão de Caso em aldeias indígenas (meta anual)	Gestantes e crianças indígenas até 1 ano de vida com acompanhamento	30	35	37	25	37	SESA/SAS
Ação: Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário							
Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário durante o pré-natal e referenciar ao hospital com melhor condição para atendê-las (meta anual)	Gestantes indígenas com risco estratificado como intermediário	601	300	253	271	253	SESA/SAS

FOONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Em 2012, quando foi elaborado o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário ainda não eram conhecidos, com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas, tampouco as demandas por realocação de famílias decorrentes dessas intervenções. Naquele momento o entendimento tanto do Estado quanto do Banco foi de que apenas a ação de adequação de estradas rurais prevista no PRÓ-RURAL teria potencial mínimo de causar reassentamento involuntário.

Entretanto, durante a missão da Especialista em Salvaguarda Social do Banco, realizada em dezembro de 2014, verificou-se que as seguintes ações também possuem potencial mínimo de causar reassentamento involuntário: a) instalação de sistemas de abastecimento de água em

comunidades rurais do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias; b) ampliação e reforma de prédios escolares; e c) reformas, ampliações e construção de Unidades Básicas de Saúde.

A Revisão de Meio Termo do Projeto reafirmou a necessidade de atualizar o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário com a máxima brevidade possível. Assim, foi enviada ao Banco para análise uma versão atualizada do documento em novembro de 2016.

A seguir, são apresentadas as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação dos Programas, além das informações de contexto que interferem na operacionalização da OP 4.12 (Salvaguarda de Reassentamento Involuntário). No quadro 8 estão resumidas todas as ações.

PRÓ-RURAL

Até dezembro de 2016 nenhum quilômetro de estrada foi readequado com recursos do Programa, pois as ações de readequação de estradas rurais previstas não haviam sido iniciadas. No entanto, foi finalizada a aquisição das patrulhas rodoviárias e selecionados os consórcios intermunicipais que receberão os bens adquiridos.

Nesse contexto, há a perspectiva de que as obras de readequação de estradas tenham início no primeiro semestre de 2017, após a análise do Banco do resumo dos três primeiros processos contendo a Ata de Consulta à Comunidade, a Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário e o Termo de Anuência quanto ao projeto da obra.

GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

Até dezembro de 2014 foram perfurados 185 poços, entretanto até junho de 2016 somente 107 deles tinham sistemas de distribuição de água instalados e apenas 55 possuíam documentação do terreno regularizado. O AGUASPARANÁ continua as tratativas com 58 prefeituras, visando à finalização da canalização da água dos poços para as casas. Ainda, 10 poços perfurados foram considerados tecnicamente inviáveis e os outros 10 estão incluídos no processo licitatório para garantir a realização de obras complementares, pois apesar de secos na primeira perfuração, é justificável uma nova tentativa.

Em 2016 foram realizadas atividades administrativas para a qualificação do Edital de Licitação para a contratação de novas obras, havendo a perspectiva de que no primeiro semestre de 2017 o Edital seja enviado para análise e não objeção do Banco, fazendo-se uma breve referência que as políticas de salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as localizações das obras estiverem definidas, conforme o Manual Operativo do Programa e o Marco de Reassentamento Involuntário.

RENOVA ESCOLA

No âmbito da implementação do Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas 310 escolas até dezembro de 2015³ e outras 27 em 2016, totalizando 337 obras.

Em conformidade com a legislação, e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os procedimentos adotados pelo Estado para a operacionalização do Programa impedem a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Nesse contexto, até o primeiro semestre de 2015 não foram identificados casos de reassentamento involuntário.

O Relatório de Vistoria do Terreno, preenchido pelos engenheiros da SEED/SUDE antes da elaboração do projeto da obra, foi ampliado incluindo-se questões relacionadas ao terreno e os demais impactos relacionados com reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água.

³ Em virtude das aferições que foram realizadas na execução das obras do Programa, o número apresentado de 323 obras no Relatório relativo a 2015 foi alterado, pois foram excluídas 13 obras tendo em vista os achados do TCE.

REDE MÃE PARANAENSE

As obras relativas à construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas no Programa Rede Mãe Paranaense são realizadas pelos municípios. Assim, a SESA repassa recursos a estes entes por meio de convênios ou via transferências do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Um acompanhamento detalhado do *status* de execução das obras foi realizado pela SESA, sendo este processo finalizado no primeiro semestre de 2016. Assim, foi possível identificar que até dezembro de 2015 foram concluídas, pelos municípios, 110 UBS. E em 2016 foram concluídas 116 obras, totalizando 126 obras.

Tendo em vista as determinações da legislação, e considerando as recomendações do TCE, a SESA somente repassa recursos para a construção de UBS em terrenos públicos regulares. Desse modo, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

RESUMO DAS AÇÕES

No quadro 8 estão resumidas as ações previstas, realizadas e programadas.

QUADRO 8 - RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA	EXECUTOR	AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PREVISTAS
Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL)	SEAB	Adequação de estradas rurais	Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. Foram adquiridas as patrulhas rodoviárias. Foram selecionados os consórcios intermunicipais para o repasse dos bens adquiridos.	Conclusão dos convênios com os consórcios municipais para o repasse das patrulhas rodoviárias no primeiro semestre de 2017. Início das obras pelos consórcios em 2017.
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais	185 poços perfurados até dezembro de 2014, apenas 107 possuem sistemas de distribuição de água instalados e 55 estão em terrenos regularizados até dezembro de 2016. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de viabilizar o processo licitatório para a construção de novos poços. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período.	Conclusão de processo licitatório para a perfuração de novos poços está prevista para o primeiro semestre de 2017.
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas	310 escolas reformadas ou ampliadas até dezembro de 2015; 27 escolas com obras descentralizadas para reparos em 2016. Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período.	As obras que estão em execução pelo Programa serão concluídas.
Rede Mãe Paranaense	SESA	Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS)	- Um acompanhamento detalhado do <i>status</i> de execução das obras foi realizado pela SESA no primeiro semestre de 2016. - 110 UBS concluídas até dez 2015. - 116 UBS concluídas em 2016. - Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado.	As obras que estiverem em andamento com recursos do Programa serão concluídas.

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Project Appraisal Document (PAD)**: Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. n.º 67.388-BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: Manual Operativo. Curitiba, 2014. v.1.